

# LEI Nº 6897/2013



**LDO 2014**  
**LEI DE DIRETRIZES**  
**ORÇAMENTÁRIAS**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS /2014**

**Carlos Roberto Casteglione Dias**  
Prefeito Municipal

**Abel Sant'Anna Junior**  
Vice-Prefeito

**Solismara de Oliveira Tosato Delarmelina**  
Secretaria Municipal de Gestão Estratégica

**Cidnei Rodrigues Nunes**  
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

**Lucio Berilli Mendes**  
Secretaria Municipal da Fazenda

**Soraya Hatum de Almeida**  
Secretaria Municipal de Administração e Serviços Internos

**Joana D'arck Caetano**  
Secretaria Municipal de Cultura

**Sérgio Antônio Mariano César**  
Secretaria Municipal de Comunicação Social

**Fernando Santos Moura**  
Controladoria Interna de Governo

**Ricardo Coelho de Lima**  
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

**Jose Arcanjo Nunes**  
Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento

**Leonardo Pacheco Pontes**  
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

**Cristiane Resende Fagundes Paris**  
Secretaria Municipal de Educação

**Danilo Paiva Thomaz Junior**  
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

**Gustavo Coelho Marins**  
Secretaria Municipal de Meio Ambiente

**Braz Barros**  
Secretaria Municipal de Obras

**Marco Aurélio Coelho**  
Procuradoria Geral do Município

**Abel Sant'Anna Junior**  
Secretaria Municipal de Saúde

**José Maria Moulon**

Secretaria Municipal de Defesa Social

**Romário Correia Miranda**

Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

**José Borges**

Secretaria Municipal de Trabalho e Habitação

**Elimar Ferreira**

Secretaria Municipal de Interior

**Adriana Colombiano Louzada Moreira**

Secretaria Municipal de Gestão de Transportes

**Luiz Carlos de Oliveira Silva**

Diretor-Presidente da Agência Municipal dos Serviços Públicos Delegados de Cachoeiro de Itapemirim

**Geraldo Alves Henrique**

Presidente Executivo do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Cachoeiro de Itapemirim

**Edmar Lyrio Temporim**

Diretor Presidente da Empresa de Tecnologia de Informação de Cachoeiro de Itapemirim

**Equipe Técnica**

***Secretaria Municipal de Gestão Estratégica***

**Luciano Morisco Ribeiro**

Subsecretário de Planejamento Orçamentário

**Marco Antonio Poubel da Silva**

Consultor Interno

**Gecileno Luiz de Oliveira**

Gerente de Programação e Elaboração do Orçamento

**Elenir Abreu Gonçalves Secco**

Gerente de Controle da Execução Orçamentária

**Sebastião Oliveira Guimarães**

Agente de Serviços Públicos Municipais

***Secretaria Municipal da Fazenda***

**Jorge Elias Piazzarolo**

Consultor Interno



# DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

[www.cachoeiro.es.gov.br](http://www.cachoeiro.es.gov.br)

ANO XLVII - Cachoeiro de Itapemirim - quinta-feira - 05 de dezembro de 2013 - Nº 4510

## PODER EXECUTIVO

### ATOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

#### LEI Nº 6897

#### **DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, **APROVA** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

#### **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** O Orçamento do Município de Cachoeiro de Itapemirim, relativo ao exercício de 2014, será elaborado e executado segundo as diretrizes gerais estabelecidas nos termos da presente Lei, em cumprimento ao disposto nos artigos 165, § 2º, da Constituição Federal, 103, § 2º, da Lei Orgânica Municipal e 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, compreendendo:

- I.** as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II.** incentivo à participação cidadã e controle social por meio do processo de Orçamento Participativo para o exercício;
- III.** a organização e estrutura dos orçamentos;
- IV.** as diretrizes gerais para a elaboração da Lei Orçamentária Anual e suas alterações;
- V.** as diretrizes para a execução da Lei Orçamentária Anual;

- VI.** as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VII.** as disposições sobre as alterações na Legislação Tributária do Município; e
- VIII.** as disposições finais.

#### **CAPÍTULO I DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

**Art. 2º** As prioridades e as metas para o exercício financeiro de 2013 são as estabelecidas no Anexo I – Metas e Prioridades, de acordo com o planejamento da ação governamental instituído pelo Plano Plurianual 2014-2017.

§ 1º As prioridades e metas especificadas no Anexo I – Metas e Prioridades terão precedência na alocação de recursos no Orçamento 2014, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º As Prioridades e Metas de Governo contemplam incentivo à participação cidadã e controle social efetivada por meio dos processos de Orçamento Participativo para o exercício de 2014.

#### **CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

**Art. 3º** Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social obedecerão à estrutura organizacional em vigor e discriminarão a despesa por Unidade Orçamentária, segundo a classificação funcional e a programática, especificando para cada projeto, atividade ou operação especial, suas respectivas dotações e indicarão a categoria econômica, os grupos de natureza de despesa, as modalidades de aplicação, os elementos de despesa e as fontes de recursos.

§ 1º A classificação funcional-programática seguirá o disposto na Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Orçamento e Gestão.

§ 2º Os programas, classificadores da ação governamental, integrantes da estrutura programática, são os definidos pelo Plano Plurianual 2014-2017.

§ 3º Na indicação do grupo de natureza da despesa a que se refere o *caput* deste artigo, será obedecida a seguinte classificação, de

acordo com a Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal, e suas alterações:

- a) pessoal e encargos sociais (1);
- b) juros e encargos da dívida (2);
- c) outras despesas correntes (3);
- d) investimentos (4);
- e) inversões financeiras (5); e
- f) amortização da dívida (6).

**§ 4º** A Reserva de Contingência, prevista no Art. 20 desta Lei, será identificada pelo dígito 9, no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

**§ 5º** A classificação por fontes de recursos seguirá o disposto na Resolução TC Nº 247, de 18 de setembro de 2012 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e respectivas atualizações.

**Art. 4º** Para efeito desta Lei entende-se por:

**I.** Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

**II.** Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

**III.** Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

**IV.** Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulte um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços; e

**V.** Unidade Orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

**Art. 5º** Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

**Art. 6º** As metas serão indicadas em nível de projetos e atividades.

**Art. 7º** Cada atividade, projeto e operação especial identificarão a função, subfunção, programa, a unidade e o órgão orçamentário aos quais se vinculam.

**Art. 8º** As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

### CAPÍTULO III

#### DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL E SUAS ALTERAÇÕES

**Art. 9º** O Orçamento Anual do Município abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo, seus Fundos Especiais e os Órgãos da Administração Direta e Indireta e será elaborado e executado visando garantir o equilíbrio entre receitas e despesas e a manutenção da capacidade própria de investimento.

**§ 1º** Os orçamentos dos Fundos Especiais serão vinculados às secretarias afins e executados conforme seus planos de aplicação, obedecendo à classificação por categorias econômicas instituída pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

**§ 2º** Os orçamentos de investimentos das Empresas Públicas Municipais compreenderão os programas de investimentos das empresas em que o Município detenha a maioria do capital social com direito a voto e serão incluídos na Lei Orçamentária Anual pelos seus totais.

**Art. 10.** Os Órgãos da Administração Indireta terão seus orçamentos para o exercício de 2014 incorporados à Proposta Orçamentária do Município caso, sob qualquer forma ou instrumento legal, recebam recursos do tesouro municipal ou administrem recursos e patrimônio do Município.

**Parágrafo único.** Os orçamentos das Autarquias Municipais serão incluídos na Lei Orçamentária Anual pelos seus totais e atendidos demais ditames da Resolução TC Nº 247, de 18 de setembro de 2012 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e atualizações.

**Art. 11.** No Projeto de Lei Orçamentária Anual, as receitas e as despesas serão orçadas a preços correntes, estimados para o exercício de 2014.

**Art. 12.** Na programação da despesa, serão observadas restrições no sentido de que:

**I.** nenhuma despesa poderá ser fixada sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos; e

**II.** não serão destinados recursos para atender despesas com pagamento, sem prévia autorização do Chefe do Poder Executivo, a qualquer título, a servidor da administração municipal direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

**Art. 13.** A inclusão, na Lei Orçamentária Anual, de transferências de recursos para o custeio de despesas de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

**Art. 14.** A Proposta Orçamentária Anual poderá conter previsões para ingresso de recursos oriundos de operações de crédito contratadas, autorizadas ou que tenham sido objeto de solicitação de autorização para contratação em Projeto de Lei específico proposto ao Poder Legislativo até a data de encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária para aprovação, conforme termos da LC 101, de 2000, Art. 32, § 1º, I.

**Art. 15.** Somente serão incluídas na Lei Orçamentária Anual, dotações para o pagamento de juros, encargos e amortização das dívidas decorrentes das operações de crédito contratadas ou autorizadas até a data do encaminhamento do Projeto de Lei do Orçamento à Câmara Municipal.

**Parágrafo único.** Excetuam-se do disposto neste artigo o parcelamento do débito com o Instituto Nacional de Seguridade Social–INSS, Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Cachoeiro de Itapemirim – IPACI e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

**Art. 16.** Na programação de investimentos, serão observados os seguintes princípios:

- I.** novos projetos somente serão incluídos na Lei Orçamentária Anual após atendidos os em andamento, contempladas as despesas de conservação do patrimônio público e assegurada a contrapartida de operações de crédito e convênios;
- II.** somente serão incluídos na Lei Orçamentária Anual investimentos para os quais ações que assegurem sua manutenção tenham sido previstas no Plano Plurianual 2014–2017; e
- III.** os investimentos deverão apresentar viabilidade técnica, econômica, financeira e ambiental.

**Art. 17.** Projeto de Lei Orçamentária poderá incluir despesas com Programas de Governo, constantes de propostas de alterações do Plano Plurianual 2014–2017, que tenham sido objeto de projetos de leis.

**Parágrafo único.** Os projetos de leis a que se refere o “caput” deste artigo são os remetidos à Câmara Municipal até a data de encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

**Art. 18.** A estimativa de receita de operações de crédito para o exercício de 2014 terá como limite máximo a disponibilidade resultante da combinação das Resoluções 40, de 20 de dezembro de 2001 e 43, de 21 de dezembro de 2001 do Senado Federal e respectivas alterações.

**Art. 19.** Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação de recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

**Art. 20.** A Reserva de Contingência será fixada em valor equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) da receita corrente líquida e será destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

**Art. 21.** As alterações do Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, nos níveis de modalidade de aplicação, elemento de despesa e fonte de recurso, observados os mesmos grupos de natureza da despesa, categoria econômica, projeto/atividade/operação especial e unidade orçamentária poderão ser realizadas para atender às necessidades de execução, mediante publicação de Portaria pela Secretaria Municipal de Gestão Estratégica.

**Art. 22.** Não será admitido aumento do valor global do Projeto de Lei Orçamentária e de seus Créditos Adicionais, em observância ao inciso II, do artigo 106, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o § 3º, do artigo 166, da Constituição Federal.

**Art. 23.** A Receita Corrente Líquida será destinada, prioritariamente, aos custeios administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de precatórios judiciais, amortização, juros e encargos da dívida pública, à contrapartida de convênios e operações de crédito e às vinculações aos Fundos Municipais, observados os limites impostos pela Lei Complementar nº 101, de 2000.

**Art. 24.** As alterações decorrentes da abertura e reabertura de Créditos Adicionais integrarão os Quadros de Detalhamento de Despesas, os quais serão modificados independentemente de nova publicação.

## **CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES PARA A EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA**

**Art. 25.** Ficam as seguintes despesas sujeitas à limitação de empenho e movimentação financeira, a serem efetivadas nas hipóteses previstas nos arts. 9º e 31, inciso II, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, na respectiva ordem:

- I.** elaboração de projetos, obras e instalações e aquisição de imóveis, que contribuam para a expansão da ação governamental;
- II.** compra de equipamentos e material permanente;
- III.** despesas classificadas como outras despesas correntes cujos recursos fixados no Orçamento de 2014 excedam os valores realizados no exercício antecedente; e
- IV.** hora extra.

**Parágrafo único.** O procedimento estabelecido no *caput* deste artigo aplica-se aos Poderes Executivo e Legislativo de forma proporcional à participação de seus orçamentos, excluídas as duplicidades, no valor total da Lei Orçamentária de 2014, repercutindo, inclusive, no repasse financeiro a que se refere o art. 168 da Constituição Federal.

**Art. 26.** Fica excluído da proibição prevista no inciso V, parágrafo único, do artigo 22, da Lei Complementar 101, de 2000, a contratação de hora extra para pessoal em exercício nas secretarias municipais de saúde e de educação, ou em outras secretarias quando se tratar de relevante interesse público.

## **CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

**Art. 27.** Os Poderes Executivo e Legislativo terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais, considerando os eventuais acréscimos legais inclusive alterações de planos de carreira e admissões para preenchimento de cargos, a despesa da folha de pagamento realizada no mês de agosto de 2013 projetada e ajustada para o exercício de 2014 observados os arts. 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

**Art. 28.** A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos Poderes Executivo e Legislativo, somente serão admitidos:

- I.** se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;
- II.** se observado o limite estabelecido na Lei Complementar nº 101, de 2000; e
- III.** se observada a margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

## **CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 29.** Na estimativa das receitas constante do Projeto de Lei Orçamentária Anual serão considerados os efeitos das propostas de alterações na Legislação Tributária.



§ 1º As alterações na Legislação Tributária Municipal dispondo, especialmente, sobre IPTU, ISS, ITBI, Taxas Pelo Exercício do Poder de Polícia e Pela Prestação de Serviços, deverão constituir objetos de projetos de lei a serem enviados à Câmara Municipal, visando promover a justiça fiscal e aumentar a capacidade de investimento do Município.

§ 2º Quaisquer projetos de lei que resultem em redução de encargos tributários para setores da atividade econômica ou regiões da cidade deverão obedecer aos seguintes requisitos:

- I. atendimento ao art. 14, da Lei Complementar nº 101, de 2000; e
- II. demonstrativo dos benefícios de natureza econômica ou social.

## **CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 30.** São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que impliquem em execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e sem adequação às cotas financeiras de desembolso.

**Art. 31.** Os recursos a serem transferidos às entidades públicas e privadas para atendimento ao que dispõe o artigo 26, da Lei Complementar nº 101, de 2000, serão destinados, prioritariamente, às áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, preservação ambiental, ensino superior, programas de geração de emprego e renda, turismo, participação em constituição ou aumento de capital.

§ 1º As entidades beneficiadas terão que apresentar plano de metas de atendimento à população e destinação dos recursos.

§ 2º As entidades beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

**Art. 32.** Caso o Projeto de Lei Orçamentária de 2014 não seja sancionado até 31 de dezembro de 2013, a programação dele constante poderá ser executada em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal, enquanto a respectiva lei não for sancionada.

§ 1º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

§ 2º Não se incluem no limite previsto no *caput* deste artigo, podendo ser movimentadas em sua totalidade, as dotações para atender despesas com:

- I. pessoal e encargos sociais;
- II. benefícios previdenciários a cargo do IPACI;
- III. serviço da dívida;
- IV. pagamento de compromissos correntes nas áreas de saúde, educação e assistência social;
- V. categorias de programação cujos recursos sejam provenientes de operações de crédito ou de transferências da União e do Estado;
- VI. categorias de programação cujos recursos correspondam à contrapartida do Município em relação àqueles recursos previstos no inciso anterior; e
- VII. conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores a 2013 e cujo cronograma físico estabelecido em instrumento contratual não se estenda além do primeiro semestre de 2014.

§ 3º Eventuais saldos negativos, apurados em consequência de emendas apresentadas ao Projeto de Lei na Câmara Municipal

e do procedimento previsto neste artigo, serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, através da abertura de créditos adicionais.

**Art. 33.** O Poder Executivo disponibilizará, no prazo de trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, discriminando a despesa por elementos, conforme a Unidade Orçamentária e respectivas categorias de programação.

**Art. 34.** A abertura de Créditos Suplementares no exercício financeiro de 2014 será de até 100% (cem por cento).

**Art. 35.** Os Créditos Especiais e Extraordinários, autorizados nos últimos quatro meses do exercício financeiro de 2013, poderão ser reabertos, no limite de seus saldos, os quais serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro de 2014, conforme o disposto no § 2º, do artigo 167, da Constituição Federal.

**Parágrafo único.** Na reabertura dos créditos a que se refere este artigo, a origem de recurso deverá ser identificada como saldos de exercícios anteriores, independentemente da origem de recurso à conta da qual os créditos foram abertos.

**Art. 36.** A abertura de créditos adicionais que utilizarem como recurso superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício de 2013, nos termos do artigo 43, I, da Lei Federal 4.320, de 1964, fica autorizada em sua totalidade, não sendo computada dentro do limite estabelecido no artigo 34 da presente lei.

**Parágrafo único.** A abertura dos créditos a que se refere o *caput* deste artigo deverá ser vinculada às mesmas fontes de recursos à conta das quais foi apurado o superávit financeiro no balanço do exercício de 2013 para atendimento ao que dispõe o parágrafo único do artigo 8º da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 37.** Cabe à Secretaria Municipal de Gestão Estratégica a instrumentação e coordenação da elaboração orçamentária de que trata esta Lei.

**Parágrafo único.** A Secretaria Municipal de Gestão Estratégica deliberará sobre:

- I. calendário de atividades para elaboração dos orçamentos;
- II. elaboração e distribuição dos quadros que compõem as propostas setoriais do Orçamento Anual da Administração Direta, Autarquias, Fundos, Fundações e Empresas; e
- III. instruções para o devido preenchimento das propostas setoriais dos orçamentos de que trata esta Lei.

**Art. 38.** O Poder Executivo, através da Secretaria Municipal da Fazenda, estabelecerá a programação financeira, por órgãos e o cronograma anual de desembolso mensal, por grupo de natureza da despesa, bem como as metas bimestrais de arrecadação até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual.

**Art. 39.** Entende-se, para efeito do § 3º, do artigo 16, da Lei Complementar nº 101, de 2000, como despesas irrelevantes, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do artigo 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**Art. 40.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cachoeiro de Itapemirim, 04 de dezembro de 2013.

**CARLOS ROBERTO CASTEGLIONE DIAS**  
**Prefeito Municipal**



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

<b>PROGRAMA:</b> 0101 - AÇÃO LEGISLATIVA							
<b>ÓRGÃO RESPONSÁVEL</b> 01 - Camara Municipal				<b>Tipo de Programa:</b> Gestão, Manut.e Serv.ao Estado			
<b>Objetivo do Programa:</b> Proporcionar ao Legislativo Municipal condições adequadas ao exercício das prerrogativas legais e regimentais.							
<b>PÚBLICO ALVO:</b>		Administração					
<b>BASE ESTRATÉGICA</b> 5 - Gestão Interna				<b>Tipo de Execução:</b> Setorial			
AÇÃO (ÕES)							
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência
008	2 - Atividade	Fiscal	Gestão Legislativa	Atividade mantida	Fisica	%	100



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

PROGRAMA: 0302 - CONTROLE INTERNO E TRANSPARÊNCIA							
ÓRGÃO RESPONSÁVEL 03 - Controladoria Interna de Governo					Tipo de Programa: Gestão, Manut.e Serv.ao Estado		
Objetivo do Programa: Implementar ações e estabelecer procedimentos que promovam o aperfeiçoamento do controle interno e transparência							
PÚBLICO ALVO:		Administração					
BASE ESTRATÉGICA		5 - Gestão Interna			Tipo de Execução: Setorial		
SECRETARIA (AS) EXECUTORA (AS)		03 - CIG					
AÇÃO (ÕES)							
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência
009	2 - Atividade	Fiscal	Padronização de Procedimentos de Controle Interno e Transparência	Procedimento Padronizado	Física	unidade	15
010	2 - Atividade	Fiscal	Manutenção das Atividades da Ouvidoria Municipal	Atividade Mantida	Física	%	100
011	2 - Atividade	Fiscal	Realização de Ações de Auditoria e Controle Interno	Ação Realizada	Física	unidade	10



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

PROGRAMA:		0403 - DEFESA CIVIL DA CIDADE						
ÓRGÃO RESPONSÁVEL		04 - Gabinete do Prefeito			Tipo de Programa:		Finalístico	
Objetivo do Programa:								
Promover a gestão do Sistema Municipal de Defesa Civil.								
PÚBLICO ALVO:		População						
BASE ESTRATÉGICA		2 - Cachoeiro em Movimento			Tipo de Execução:		Setorial	
SECRETARIA (AS) EXECUTORA (AS)		04 - GAP						
AÇÃO (ÕES)								
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência	
012	2 - Atividade	Fiscal	Implementação dos Núcleos de Voluntários da Defesa Civil	Unidade Implementada	Física	unidade	2	
013	1 - Projeto	Fiscal	Elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos	Plano Elaborado	Física	%	50	





**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

<b>PROGRAMA:</b> 0404 - GESTÃO DIGITAL CACHOEIRO							
<b>ÓRGÃO RESPONSÁVEL</b> 04 - Gabinete do Prefeito				<b>Tipo de Programa:</b> Gestão, Manut.e Serv.ao Estado			
<b>Objetivo do Programa:</b> PROMOVER A GESTÃO ESTRATÉGICAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO							
<b>PÚBLICO ALVO:</b>		Administração					
<b>BASE ESTRATÉGICA</b> 5 - Gestão Interna				<b>Tipo de Execução:</b> Multisetorial			
<b>SECRETARIA (AS)</b>		16 - SEMUS		17 - SEME		08 - SEMFA	
<b>EXECUTORA (AS)</b>		18 - SEMASI					
<b>AÇÃO (ÕES)</b>							
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência
014	2 - Atividade	Seguridade Social	Implementação de Sistemas de Saúde	Sistema Implementado	Física	%	100
015	2 - Atividade	Fiscal	Implementação de Sistemas da Educação Infantil	Sistema Implementado	Física	%	100
016	2 - Atividade	Fiscal	Implementação de Sistemas do Ensino Fundamental	Sistema Implementado	Física	%	100
017	2 - Atividade	Fiscal	Implementação de Sistemas Administrativos e Fazendários	Sistema Implementado	Física	%	100
018	2 - Atividade	Fiscal	Implementação de Sistemas Corporativos Fazendários	Sistema Implementado	Física	%	100
019	2 - Atividade	Fiscal	Implementação de Sistemas Corporativos Administrativos	Sistema Implementado	Física	%	100
020	2 - Atividade	Fiscal	Implementação de Sistemas Corporativos da Educação Infantil	Sistema Implementado	Física	%	100
021	2 - Atividade	Fiscal	Implementação de Sistemas Corporativos do Ensino Fundamental	Sistema Implementado	Física	%	100
022	2 - Atividade	Seguridade Social	Implementação de Sistemas Corporativos de Saúde	Sistema Implementado	Física	%	100



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

<b>PROGRAMA:</b> 0505 - COMUNICAÇÃO DIRETA							
<b>ÓRGÃO RESPONSÁVEL</b> 05 - Secretaria Municipal de Comunicação Social				<b>Tipo de Programa:</b> Gestão, Manut.e Serv.ao Estado			
<b>Objetivo do Programa:</b> Promover a disponibilização dos atos e ações da prefeitura junto a população							
<b>PÚBLICO ALVO:</b>		Administração					
<b>BASE ESTRATÉGICA</b> 3 - Governo e Comunidade				<b>Tipo de Execução:</b> Setorial			
<b>SECRETARIA (AS)</b>		05 - SEMCOS					
<b>EXECUTORA (AS)</b>							
<b>AÇÃO (ÕES)</b>							
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação	Metas do Período	<b>Unidade de Medida</b>	Valor de Referência
023	2 - Atividade	Fiscal	Manutenção e Divulgação Portal PMCI	Portal Divulgado e Mantido	Física	%	100
024	2 - Atividade	Fiscal	Implementação da Produtora de Vídeo e Áudio	Produtora Implementada	Física	%	100
025	2 - Atividade	Fiscal	Padronização de Material Técnico e Institucional	Projeto de Padronização Executado	Física	%	83
026	2 - Atividade	Fiscal	Implementação de Mídias Institucionais	Mídia Implementada	Física	%	100
027	2 - Atividade	Fiscal	Realização de Campanhas Institucionais	Campanha Realizada	Física	unidade	15
028	2 - Atividade	Fiscal	Implementação Acervo Audio-Visual	Acervo Implementado	Física	%	100



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

PROGRAMA:		0606 - HÁ GENTE NO TRÂNSITO							
ÓRGÃO RESPONSÁVEL		06 - Secretaria Municipal de Defesa Social				Tipo de Programa:		Finalístico	
Objetivo do Programa:		Implementar ações de humanização no trânsito, educar motoristas e pedestres, reduzir os índices de acidentes e seus efeitos através de campanhas e possíveis alterações na malha viária se necessário.							
PÚBLICO ALVO:		População							
BASE ESTRATÉGICA		2 - Cachoeiro em Movimento				Tipo de Execução:		Setorial	
SECRETARIA (AS)		06 - SEMDEF							
EXECUTORA (AS)									
AÇÃO (ÕES)									
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência		
031	2 - Atividade	Fiscal	Controle Viário e Trânsito	Hora de Atividade Padrão de Controle Realizada	Física	unidade	1920		
032	2 - Atividade	Fiscal	Realização de Eventos de Educação Cidadã para o Trânsito	Evento Realizado	Física	unidade	30		



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

PROGRAMA: 0607 - SEGURANÇA PÚBLICA							
ÓRGÃO RESPONSÁVEL 06 - Secretaria Municipal de Defesa Social				Tipo de Programa: Finalístico			
Objetivo do Programa: Promover a preservação do patrimônio público, a diminuição da taxa de criminalidade, bem como a melhoria da segurança dos municípes.							
PÚBLICO ALVO:		População					
BASE ESTRATÉGICA 2 - Cachoeiro em Movimento				Tipo de Execução: Setorial			
SECRETARIA (AS) EXECUTORA (AS)		06 - SEMDEF					
AÇÃO (ÕES)							
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência
033	2 - Atividade	Fiscal	Fortalecimento das Ações de Segurança	Hora de Atividade Padrão Realizada	Física	unidade	1920
034	2 - Atividade	Fiscal	Manutenção do Sistema de Monitoramento Eletrônico	Sistema Mantido	Física	unidade	100



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

PROGRAMA:		0708 - CACHOEIRO GEORREFERENCIADO							
ÓRGÃO RESPONSÁVEL		07 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano				Tipo de Programa:		Gestão, Manut.e Serv.ao Estado	
Objetivo do Programa:		Implantar Sistema de Geoinformação que atenda diversas demandas com qualidade e eficiência, integrando os diversos setores da administração municipal.							
PÚBLICO ALVO:		População							
BASE ESTRATÉGICA		2 - Cachoeiro em Movimento				Tipo de Execução:		Multisetorial	
SECRETARIA (AS)		07 - SEMDURB							
EXECUTORA (AS)									
AÇÃO (ÕES)									
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência		
035	2 - Atividade	Fiscal	Implementação de Sistema de Georreferenciamento	Sistema Implementado	Fisica	%	100		



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

PROGRAMA:		0709 - PENSANDO CACHOEIRO DO FUTURO						
ÓRGÃO RESPONSÁVEL		07 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano			Tipo de Programa:		Gestão, Manut.e Serv.ao Estado	
Objetivo do Programa:								
Promover gestão estratégica de políticas de desenvolvimento urbano.								
PÚBLICO ALVO:		População						
BASE ESTRATÉGICA		2 - Cachoeiro em Movimento			Tipo de Execução:		Multisetorial	
SECRETARIA (AS)		07 - SEMDURB						
EXECUTORA (AS)								
AÇÃO (ÕES)								
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência	
036	2 - Atividade	Fiscal	Revisão do Plano Diretor Municipal	Lei Revisada	Física	%	100	
037	2 - Atividade	Fiscal	Elaboração do Novo Código de Obras	Código de Obras Elaborado	Física	%	100	
039	1 - Projeto	Fiscal	Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana	Plano Elaborado	Física	%	50	



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

PROGRAMA:		0811 - GESTÃO DE RECEITAS PÚBLICAS						
ÓRGÃO RESPONSÁVEL		08 - Secretaria Municipal da Fazenda			Tipo de Programa:		Gestão, Manut.e Serv.ao Estado	
Objetivo do Programa:		Otimizar a gestão da receita tributária e a capacidade de arrecadação do Município.						
PÚBLICO ALVO:		Administração						
BASE ESTRATÉGICA		5 - Gestão Interna			Tipo de Execução:		Setorial	
SECRETARIA (AS) EXECUTORA (AS)		08 - SEMFA						
AÇÃO (ÕES)								
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência	
045	1 - Projeto	Fiscal	Atualização da Base Cadastral	Unidade de Cadastro Atualizada	Física	%	18.500	
046	1 - Projeto	Fiscal	Atualização da Planta Genérica de Valores	Planta Atualizada	Física	%	100	
047	1 - Projeto	Fiscal	Fortalecimento das Ações de Fiscalização Tributária	Ação Fiscal Realizada	Física	unidade	500	
048	1 - Projeto	Fiscal	Realização de Eventos de Educação Tributária	Evento Realizado	Física	%	12	



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

PROGRAMA: 0812 - MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA							
ÓRGÃO RESPONSÁVEL 08 - Secretaria Municipal da Fazenda				Tipo de Programa: Gestão, Manut.e Serv.ao Estado			
Objetivo do Programa: Implantar sistemas tributários e departamentais.							
PÚBLICO ALVO:		Administração					
BASE ESTRATÉGICA 5 - Gestão Interna				Tipo de Execução: Setorial			
SECRETARIA (AS) EXECUTORA (AS)		08 - SEMFA					
AÇÃO (ÕES)							
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência
049	1 - Projeto	Fiscal	Implantação de Sistemas Tributários Aplicativos	Sistema Aplicativo Implantado	Física	unidade	2



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

<b>PROGRAMA:</b>		<b>0813 - PMAT - CADASTRO MULTIFINALITÁRIO</b>						
<b>ÓRGÃO RESPONSÁVEL</b>		08 - Secretaria Municipal da Fazenda				<b>Tipo de Programa:</b>		Gestão, Manut.e Serv.ao Estado
<b>Objetivo do Programa:</b>		Modernizar a Administração Tributária e apoiar a melhoria do gasto público dentro de uma perspectiva de desenvolvimento local sustentável, através da integração dos cadastros de todas as secretarias.						
<b>PÚBLICO ALVO:</b>		Administração						
<b>BASE ESTRATÉGICA</b>		5 - Gestão Interna				<b>Tipo de Execução:</b>		Multisetorial
<b>SECRETARIA (AS)</b>		08 - SEMFA			07 - SEMDURB			
<b>EXECUTORA (AS)</b>								
<b>AÇÃO (ÕES)</b>								
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência	
050	1 - Projeto	Fiscal	Elaboração do Mapa Cartográfico Restituído	Mapa Elaborado	Física	%	100	
051	1 - Projeto	Fiscal	Atualização da Planta Genérica de Valores	Planta Atualizada	Física	%	100	
052	1 - Projeto	Fiscal	Recadastramento Mobiliário e Imobiliário	Recadastramento Realizado	Física	%	18500	
053	1 - Projeto	Fiscal	Aparelhamento Tecnológico	Equipamento Adquirido	Física	%	100	
054	1 - Projeto	Fiscal	Melhoria da Infraestrutrua Física	Infraestrutura Melhorada	Física	%	100	
055	1 - Projeto	Fiscal	Capacitação de Usuários do Sistema	Usuário Capacitado	Física	unidade	100	
056	1 - Projeto	Fiscal	Apoio Operacional ao Cadastro Multifinalitário	Apoio Realizado	Física	%	100	
057	1 - Projeto	Fiscal	Manutenção de Sistemas de Informação Gerencial	Sistema Mantido	Física	%	100	
058	1 - Projeto	Fiscal	Integração de Dados Cadastrais	Cadastro Integrado	Física	%	100	
059	1 - Projeto	Fiscal	Fortalecimento das Fiscalizações	Projeto Executado	Física	%	100	



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

PROGRAMA:		0914 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA							
ÓRGÃO RESPONSÁVEL		09 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social				Tipo de Programa:		Finalístico	
Objetivo do Programa:		PROMOVER, GARANTIR E DEFENDER OS DIREITOS HUMANOS FORTALECENDO A CIDADANIA E A CONSTRUÇÃO DE SOCIEDADE IGUALITARIA							
PÚBLICO ALVO:		MUNICÍPIES DE CACHOEIRO							
BASE ESTRATÉGICA		1 - Vida e Saúde				Tipo de Execução:		Setorial	
SECRETARIA (AS) EXECUTORA (AS)		09 - SEMDES							
AÇÃO (ÕES)									
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação		Produto da Ação		Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência
060	2 - Atividade	Seguridade Social	Fortalecimento da Política de Gênero		Atendimento Realizado		Fisica	unidade	800
061	2 - Atividade	Seguridade Social	Promoção da Juventude ao Protagonismo e Cidadania		Pessoa Atendida		Fisica	unidade	1100
062	2 - Atividade	Seguridade Social	Promoção da Igualdade Racial, Diversidade e Comunidades Tradicionais		Atividade Realizada		Fisica	unidade	15
063	2 - Atividade	Seguridade Social	Fomento da Educação em Direitos Humanos		Atividade Realizada		Fisica	unidade	18



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
 Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000  
 Lei de Responsabilidade Fiscal

PROGRAMA:		0915 - PROGRAMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL							
ÓRGÃO RESPONSÁVEL		09 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social				Tipo de Programa:		Finalístico	
Objetivo do Programa:									
Proporcionar Segurança Alimentar a População									
PÚBLICO ALVO:		População							
BASE ESTRATÉGICA		1 - Vida e Saúde				Tipo de Execução:		Setorial	
SECRETARIA (AS)		09 - SEMDES							
EXECUTORA (AS)									
AÇÃO (ÕES)									
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação		Produto da Ação		Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência
064	1 - Projeto	Seguridade Social	Implantação da Cozinha Comunitária		Cozinha Comunitária Construída		Física	unidade	1
065	2 - Atividade	Seguridade Social	Manutenção da Cozinha Comunitária		Refeição Servida		Física	unidade	52.800
066	1 - Projeto	Seguridade Social	Implantação do Restaurante Popular		Restaurante Construído		Física	unidade	1
067	2 - Atividade	Seguridade Social	Manutenção do Restaurante Popular		Refeições Servidas		Física	unidade	264.000
068	1 - Projeto	Seguridade Social	Implantação do Banco de Alimentos		Banco de Alimentos Implantado		Física	unidade	1
069	2 - Atividade	Seguridade Social	Manutenção do Banco de Alimentos		Pessoas Atendidas		Física	unidade	6.000
070	2 - Atividade	Seguridade Social	Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar e Quilombola		Produtor Contemplado		Física	unidade	22
071	2 - Atividade	Seguridade Social	Fortalecimento da Complementação Alimentar		Produto Distribuído		Física	unidade	263.000
072	2 - Atividade	Seguridade Social	Educação em Segurança Alimentar		Pessoa Capacitada		Física	unidade	800



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
 Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000  
 Lei de Responsabilidade Fiscal

<b>PROGRAMA:</b> 0916 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL							
<b>ÓRGÃO RESPONSÁVEL</b> 09 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social				<b>Tipo de Programa:</b> Finalístico			
<b>Objetivo do Programa:</b> Prevenir situações de vulnerabilidade social e violação de direitos das famílias e individuais por meio de ações, programas e projetos que visam fortalecimento dos vínculos familiares, comunitários e a inclusão social e produtiva.							
<b>PÚBLICO ALVO:</b>		Pessoas e Família em Vulnerabilidade Social					
<b>BASE ESTRATÉGICA</b> 1 - Vida e Saúde				<b>Tipo de Execução:</b> Setorial			
<b>SECRETARIA (AS) EXECUTORA (AS)</b>		09 - SEMDES					
<b>AÇÃO (ÕES)</b>							
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência
073	2 - Atividade	Seguridade Social	Atenção Integral a Família	Família Atendida	Física	unidade	6.250
074	2 - Atividade	Seguridade Social	Fortalecimento do Serviço de Convivência e de Vínculos a Crianças, Adolescentes, Jovens e Idosos	Pessoa Atendida	Física	unidade	400
075	2 - Atividade	Seguridade Social	Atenção Integral a Pessoa Com Deficiência	Pessoa Atendida	Física	unidade	1.150
076	2 - Atividade	Seguridade Social	Promoção das Famílias em Transferências de Renda	Família Atendida	Física	unidade	5.800
077	2 - Atividade	Seguridade Social	Fortalecimento da Participação e Controle Social	Atividade Realizada	Física	unidade	280
078	2 - Atividade	Seguridade Social	Fortalecimento da Rede de Proteção Social Básica	Entidade Beneficiada	Física	unidade	5
079	2 - Atividade	Seguridade Social	Promocão do Acesso ao Mundo do Trabalho	Atendimento Realizado	Física	unidade	1.600





**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

PROGRAMA:		0917 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL							
ÓRGÃO RESPONSÁVEL		09 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social				Tipo de Programa:		Finalístico	
Objetivo do Programa:		Promover a redução de situações de ameaça ou violação de Direitos por meio de reconstrução de vínculos familiares e comunitárias							
PÚBLICO ALVO:		Crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, migrantes, famílias em situação de risco							
BASE ESTRATÉGICA		1 - Vida e Saúde				Tipo de Execução:		Setorial	
SECRETARIA (AS)		09 - SEMDES							
EXECUTORA (AS)									
AÇÃO (ÕES)									
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência		
081	2 - Atividade	Seguridade Social	Fortalecimento do Fundo para a Infância e Adolescência	Entidade Beneficiada	Física	unidade	5		
082	2 - Atividade	Seguridade Social	Atendimento Especializado a Família e Indivíduo	Pessoa Atendida	Física	unidade	350		
083	2 - Atividade	Seguridade Social	Atendimento a Pessoa em Situação de Risco Social	Pessoa Atendida	Física	unidade	2.000		
084	2 - Atividade	Seguridade Social	Fortalecimento da Rede de Proteção Social Especial	Entidade Beneficiada	Física	unidade	5		
085	2 - Atividade	Seguridade Social	Proteção à Criança, ao Adolescente e Jovem em Serviço de Acolhimento	Pessoa Acolhida	Física	unidade	122		
086	2 - Atividade	Seguridade Social	Atenção Socioassistencial ao Adolescente em Conflito com a Lei	Pessoa Atendida	Física	unidade	140		
087	2 - Atividade	Seguridade Social	Atenção a Pessoa em Situação de Rua	Pessoa Atendida	Física	unidade	600		
088	1 - Projeto	Seguridade Social	Implantação do Conselho Tutelar	Unidade Implantada	Física	unidade	1		



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

PROGRAMA: 0918 - TRANSPORTE COLETIVO GRATUITO							
ÓRGÃO RESPONSÁVEL 09 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social				Tipo de Programa: Finalístico			
Objetivo do Programa: Disponibilizar o acesso ao transporte coletivo gratuito a população de baixa renda							
PÚBLICO ALVO:		População de Cachoeiro					
BASE ESTRATÉGICA 1 - Vida e Saúde				Tipo de Execução: Setorial			
SECRETARIA (AS) EXECUTORA (AS)		09 - SEMDES					
AÇÃO (ÕES)							
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência
090	2 - Atividade	Seguridade Social	Gerenciamento do Transporte Coletivo Gratuito	Atividade Mantida	Física	unidade	6.000



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

<b>PROGRAMA:</b> 0919 - VIGILÂNCIA SOCIO ASSISTENCIAL							
<b>ÓRGÃO RESPONSÁVEL</b> 09 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social				<b>Tipo de Programa:</b> Finalístico			
<b>Objetivo do Programa:</b> Realizar o Planejamento, Monitoramento e Avaliação da Política de Assistência Social no Município							
<b>PÚBLICO ALVO:</b>		Serviços da Assistência Social					
<b>BASE ESTRATÉGICA</b> 1 - Vida e Saúde				<b>Tipo de Execução:</b> Setorial			
<b>SECRETARIA (AS) EXECUTORA (AS)</b>		09 - SEMDES					
<b>AÇÃO (ÕES)</b>							
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação	Metas do Período	<b>Unidade de Medida</b>	Valor de Referência
091	2 - Atividade	Seguridade Social	Fortalecimento Vigilância Socioassistencial	Serviço Monitorado	Física	unidade	10





**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

PROGRAMA:		1020 - DIVERSIFICAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS RURAIS							
ÓRGÃO RESPONSÁVEL		10 - Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento				Tipo de Programa:		Finalístico	
Objetivo do Programa:		Apoiar a implementação de programas de extensão rural para que sejam desenvolvidas estratégias de diversificação em comunidades rurais do município.							
PÚBLICO ALVO:		Comunidades Rurais envolvidas							
BASE ESTRATÉGICA		1 - Vida e Saúde				Tipo de Execução:		Setorial	
SECRETARIA (AS) EXECUTORA (AS)		10 - SEMAG							
AÇÃO (ÕES)									
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação		Produto da Ação		Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência
092	1 - Projeto	Fiscal	Fortalecimento da Olericultura		Olericultura Fortalecida		Física	%	100
093	1 - Projeto	Fiscal	Apoio às Agroindústrias		Agroindústrias Apoiadas		Física	%	100
094	1 - Projeto	Fiscal	Diversificação da Produção Agrícola		Produção Agrícola Diversificada		Física	%	100
095	1 - Projeto	Fiscal	Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Café		Cafeicultores Beneficiados		Física	%	100
096	1 - Projeto	Fiscal	Desenvolvimento da Agricultura Familiar		Agricultura Familiar Fortalecida		Física	%	100
097	2 - Atividade	Fiscal	Apoio a Entidades para o Desenvolvimento e Extensão Rural		Entidade Apoiada		Física	%	100



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

PROGRAMA:		1021 - INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO							
ÓRGÃO RESPONSÁVEL		10 - Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento				Tipo de Programa:		Finalístico	
Objetivo do Programa:		Promover, incentivar e estimular a criação e adequação de infraestrutura para o setor rural.							
PÚBLICO ALVO:		Agricultores Familiares de todo o Município							
BASE ESTRATÉGICA		1 - Vida e Saúde				Tipo de Execução:		Setorial	
SECRETARIA (AS) EXECUTORA (AS)		10 - SEMAG							
AÇÃO (ÕES)									
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação		Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência	
098	1 - Projeto	Fiscal	Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura		Agricultores Atendidos	Física	%	100	
099	1 - Projeto	Fiscal	Infraestrutura Rural		Meio Rural Atendido	Física	%	100	
100	1 - Projeto	Fiscal	Apoio aos Mercados Municipais		Canal de Comercialização Ampliado.	Física	%	100	
101	1 - Projeto	Fiscal	Apoio às Feiras Livres da Agricultura Familiar		Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar Viabilizados	Física	%	100	
102	1 - Projeto	Fiscal	Desenvolvimento da Pecuária Leiteira		Principal Atividade do Setor Agropecuário Fortalecida	Física	%	100	
103	1 - Projeto	Fiscal	Infraestrutura Produtiva Rural		Produção Agrícola Diversificada e Fortalecida	Física	%	100	



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

PROGRAMA:		1022 - TELEFONIA MÓVEL RURAL							
ÓRGÃO RESPONSÁVEL		10 - Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento				Tipo de Programa:		Finalístico	
Objetivo do Programa:		Disponibilizar ao agricultor acesso à moderna rede de telecomunicações.							
PÚBLICO ALVO:		agricultores e comunidades rurais							
BASE ESTRATÉGICA		1 - Vida e Saúde				Tipo de Execução:		Setorial	
SECRETARIA (AS) EXECUTORA (AS)		10 - SEMAG							
AÇÃO (ÕES)									
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação		Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência	
104	1 - Projeto	Fiscal	Implantação de Telefonia Móvel Rural	Telefonia Móvel Rural Implantada		Física	%	100	



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

PROGRAMA:		1123 - CACHOEIRO: CONHEÇA E SE ENCANTE							
ÓRGÃO RESPONSÁVEL		11 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Economico				Tipo de Programa:		Finalístico	
Objetivo do Programa:		Aumentar o fluxo de turistas na região.							
PÚBLICO ALVO:		População							
BASE ESTRATÉGICA		2 - Cachoeiro em Movimento				Tipo de Execução:		Setorial	
SECRETARIA (AS)		11 - SEMDEC							
EXECUTORA (AS)									
AÇÃO (ÕES)									
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação		Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência	
105	1 - Projeto	Fiscal	Fomento do Turismo Urbano		Projeto Desenvolvido	Física	%	100	
106	1 - Projeto	Fiscal	Fomento do Turismo Rural		Projeto Desenvolvido	Física	%	100	
107	2 - Atividade	Fiscal	Manutenção do Centro de Recepção ao Turista		Atividade Mantida	Física	%	100	
108	1 - Projeto	Fiscal	Revitalização do Aeroporto Municipal		Aeroporto Revitalizado	Física	%	25	



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

PROGRAMA:		1124 - CACHOEIRO: VALE A PENA INVESTIR AQUI							
ÓRGÃO RESPONSÁVEL		11 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Economico				Tipo de Programa:		Finalístico	
Objetivo do Programa:									
Fomentar o desenvolvimento e economia local									
PÚBLICO ALVO:		População							
BASE ESTRATÉGICA		2 - Cachoeiro em Movimento				Tipo de Execução:		Setorial	
SECRETARIA (AS) EXECUTORA (AS)		11 - SEMDEC							
AÇÃO (ÕES)									
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação		Produto da Ação		Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência
109	1 - Projeto	Fiscal	Implementação de Polos Industriais		Polo Implementado		Fisica	%	25
110	1 - Projeto	Fiscal	Fomento do Desenvolvimento Econômico		Projeto Desenvolvido		Fisica	%	25



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

<b>PROGRAMA:</b> 1125 - CIDADE TECNOLÓGICA CACHOEIRO							
<b>ÓRGÃO RESPONSÁVEL</b> 11 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Economico				<b>Tipo de Programa:</b> Finalístico			
<b>Objetivo do Programa:</b> Prover meios para o desenvolvimento científico e tecnológico do município.							
<b>PÚBLICO ALVO:</b>		População					
<b>BASE ESTRATÉGICA</b> 2 - Cachoeiro em Movimento				<b>Tipo de Execução:</b> Setorial			
<b>SECRETARIA (AS) EXECUTORA (AS)</b>		11 - SEMDEC					
<b>AÇÃO (ÕES)</b>							
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência
111	1 - Projeto	Fiscal	Implantação de Incubadoras de Empresa Base Tecnológica	Empresa Apoiada	Física	unidade	5
112	2 - Atividade	Fiscal	Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos	Eventos Promovidos	Física	unidade	5
113	1 - Projeto	Fiscal	Incentivo à Pesquisa Científica	Bolsa Concedida	Física	unidade	10
114	2 - Atividade	Fiscal	Manutenção do CVT-Centro Vocacional Tecnológico	Atividade Mantida	Física	%	100
115	2 - Atividade	Fiscal	Manutenção do Museu de Ciência e Tecnologia	Atividade Mantida	Física	%	100



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

PROGRAMA:		1126 - INCLUSÃO DIGITAL							
ÓRGÃO RESPONSÁVEL		11 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Economico				Tipo de Programa:		Finalistico	
Objetivo do Programa: Promover meios de inclusão digital no município.									
PUBLICO ALVO:		População							
BASE ESTRATÉGICA		2 - Cachoeiro em Movimento				Tipo de Execução:		Setorial	
SECRETARIA (AS)		11 - SEMDEC							
EXECUTORA (AS)									
AÇÃO (ÕES)									
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência		
116	2 - Atividade	Fiscal	Realização de Cursos Profissionalizantes no Centro Digital Cachoeiro	Curso Realizado	Fisica	unidade	4		
117	2 - Atividade	Fiscal	Implementação de Telecentros Comunitários	Telecentro Implementado	Fisica	unidade	12		



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

PROGRAMA: 1227 - CACHOEIRO HISTÓRICO CULTURAL							
ÓRGÃO RESPONSÁVEL 12 - Secretaria Municipal de Cultura				Tipo de Programa: Administração Geral			
Objetivo do Programa: Manutenção, aparelhamento e recuperação dos espaços públicos e patrimônios históricos							
PÚBLICO ALVO:		População					
BASE ESTRATÉGICA 4 - Educar				Tipo de Execução: Setorial			
SECRETARIA (AS)		12 - SEMCULT					
EXECUTORA (AS)							
AÇÃO (ÕES)							
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência
118	2 - Atividade	Fiscal	Recuperação de Espaços Públicos e Patrimônios Culturais	Espaço e Patrimônio Recuperado	Física	unidade	1
119	2 - Atividade	Fiscal	Aparelhamento de Espaços Públicos e Patrimônio Histórico	Espaço e Patrimônio Aparelhado	Física	unidade	1
120	2 - Atividade	Fiscal	Manutenção dos Espaços Públicos e Patrimônios Culturais	Espaço e Patrimônio Mantido	Física	unidade	7
121	1 - Projeto	Fiscal	Aquisição de Terreno para Biblioteca Pública	Terreno Adquirido	Física	unidade	1



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

PROGRAMA:		1228 - DIFUSÃO CULTURAL							
ÓRGÃO RESPONSÁVEL		12 - Secretaria Municipal de Cultura				Tipo de Programa:		Finalístico	
Objetivo do Programa:									
Proporcionar à população ações que visem divulgar, apoiar e criar medidas para a produção da Difusão Cultural									
PÚBLICO ALVO:		População							
BASE ESTRATÉGICA		4 - Educar				Tipo de Execução:		Setorial	
SECRETARIA (AS)		12 - SEMCULT							
EXECUTORA (AS)									
AÇÃO (ÕES)									
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência		
122	1 - Projeto	Fiscal	Realização de eventos cuturais e festivos	Evento Realizado	Fisica	unidade	5		
123	1 - Projeto	Fiscal	Realização do Carnaval	Evento Realizado	Fisica	unidade	1		
124	1 - Projeto	Fiscal	Realização Festa de Cachoeiro	Evento Realizado	Fisica	unidade	1		
125	1 - Projeto	Fiscal	Realização Feira da Bondade	Evento Realizado	Fisica	unidade	1		
126	1 - Projeto	Fiscal	Realização Semana do Rei	Evento Realizado	Fisica	unidade	1		
127	1 - Projeto	Fiscal	Realização da Bienal Rubem Braga	Evento Realizado	Fisica	unidade	1		
128	1 - Projeto	Fiscal	Realização de Tenda Cultural	Evento Realizado	Fisica	unidade	9		
129	1 - Projeto	Fiscal	Realização de Oficinas Culturais	Oficina Realizada	Fisica	unidade	18		
130	2 - Atividade	Fiscal	Apoio aos Eventos Culturais	Evento Apoiado	Fisica	unidade	10		
131	2 - Atividade	Fiscal	Realização de Atividades Culturais	Atividade Realizada	Fisica	unidade	50		



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

PROGRAMA:		1229 - INCENTIVO CULTURAL							
ÓRGÃO RESPONSÁVEL		12 - Secretaria Municipal de Cultura				Tipo de Programa:		Finalístico	
Objetivo do Programa:		Promover a difusão da cultura por meio de concessão de incentivos fiscais e culturais.							
PÚBLICO ALVO:		População							
BASE ESTRATÉGICA		4 - Educar				Tipo de Execução:		Setorial	
SECRETARIA (AS) EXECUTORA (AS)		12 - SEMCULT							
AÇÃO (ÕES)									
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação		Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência	
132	2 - Atividade	Fiscal	Concessão de incentivo ao patrimônio vivo		Incentivo Concedido	Física	unidade	24	
133	2 - Atividade	Fiscal	Concessão de incentivo da Lei Rubem Braga		Incentivo Concedido	Física	unidade	25	



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

PROGRAMA:		1330 - CACHOEIRO ESPORTE E LAZER							
ÓRGÃO RESPONSÁVEL		13 - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer				Tipo de Programa:		Finalístico	
Objetivo do Programa:									
Ampliar O Acesso da População As Praticas Esportivas e Interação Social Através do Lazer									
PÚBLICO ALVO:		População							
BASE ESTRATÉGICA		4 - Educar				Tipo de Execução:		Setorial	
SECRETARIA (AS)		13 - SEMESP							
EXECUTORA (AS)									
AÇÃO (ÕES)									
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação		Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência	
134	2 - Atividade	Fiscal	Realização e/ou Apoio A Eventos Esportivos e de Lazer	Evento Realizado e/ou Apoiado		Fisica	unidade	10	
135	2 - Atividade	Fiscal	Apoio A Entidades Esportivas e Atletas	Entidade e/ou Atleta Apoiado		Fisica	unidade	10	
136	1 - Projeto	Fiscal	Construção, Reforma e/ou Ampliação de Espaços Esportivos e de Lazer	Espaço Construído/Reformado/Ampliado		Fisica	unidade	10	
137	2 - Atividade	Fiscal	Apoio A Núcleos Poliesportivos	Núcleo Apoiado		Fisica	unidade	32	



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

PROGRAMA:		1431 - NOSSA CIDADE CACHOEIRO							
ÓRGÃO RESPONSÁVEL		14 - Secretaria Municipal de Serviços Urbanos				Tipo de Programa:		Finalístico	
Objetivo do Programa:		PROMOVER O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS E ININTERRUPTOS DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E MANUTENÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS.							
PÚBLICO ALVO:		População							
BASE ESTRATÉGICA		2 - Cachoeiro em Movimento				Tipo de Execução:		Setorial	
SECRETARIA (AS) EXECUTORA (AS)		14 - SEMSUR							
AÇÃO (ÕES)									
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência		
138	2 - Atividade	Fiscal	Manutenção do Sistema de Limpeza Pública	Sistema Mantido	Física	%	100		
139	2 - Atividade	Fiscal	Manutenção da Iluminação Pública	Sistema Mantido	Física	%	100		
140	2 - Atividade	Fiscal	Manutenção de Áreas Públicas	Área Mantida	Física	%	100		
141	1 - Projeto	Fiscal	Expansão de Rede de Iluminação Pública	Rede Expandida	Física	%	2,5		





**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

<b>PROGRAMA:</b> 1532 - CACHOEIRO AMBIENTE SAUDÁVEL							
<b>ÓRGÃO RESPONSÁVEL</b> 15 - Secretaria Municipal do Meio Ambiente				<b>Tipo de Programa:</b> Finalístico			
<b>Objetivo do Programa:</b>		Elaborar, implantar, aprimorar, manter, sistematizar, regulamentar ações de cunho normativo, infraestrutural e educativo objetivando equilibrar os aspectos social-econômico-ambiental					
<b>PÚBLICO ALVO:</b>		Sociedade em geral					
<b>BASE ESTRATÉGICA</b> 2 - Cachoeiro em Movimento				<b>Tipo de Execução:</b> Multisetorial			
<b>SECRETARIA (AS) EXECUTORA (AS)</b>		15 - SEMMA					
<b>AÇÃO (ÕES)</b>							
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência
142	1 - Projeto	Fiscal	Gestão de Resíduos Sólidos	Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Física	%	50
145	2 - Atividade	Fiscal	Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P	Redução de Gastos Públicos e Sensibilização dos Servidores Públicos	Física	%	2,5
146	2 - Atividade	Fiscal	Cachoeiro Meu Ambiente	Ação Realizada	Física	unidade	1
147	1 - Projeto	Fiscal	Cachoeiro Mais Verde	Ação Desenvolvida	Física	unidade	1
148	1 - Projeto	Fiscal	Calendário Ambiental	Evento Realizado	Física	unidade	3



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

PROGRAMA:								1633 - ADMINISTRAÇÃO EM SAÚDE - CACHOEIRO								
ÓRGÃO RESPONSÁVEL				16 - Secretaria Municipal de Saúde				Tipo de Programa:				Gestão, Manut.e Serv.ao Estado				
Objetivo do Programa:																
Dotar as áreas administrativas de condições adequadas para o suporte operacional																
PÚBLICO ALVO:				População do município												
BASE ESTRATÉGICA				1 - Vida e Saúde				Tipo de Execução:				Setorial				
SECRETARIA (AS)				16 - SEMUS												
EXECUTORA (AS)																
AÇÃO (ÕES)																
Código		Tipo		Esfera Orçamento		Nome da Ação			Produto da Ação		Metas do Período		Unidade de Medida		Valor de Referência	
150		2 - Atividade		Seguridade Social		Gestão Administrativa da Saúde			Atividade mantida		Física		%		100	
151		2 - Atividade		Seguridade Social		Implementação de Sistemas Integrados em Saúde			Sistema Implementado		Física		%		100	



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

<b>PROGRAMA:</b> 1634 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - CACHOEIRO							
<b>ÓRGÃO RESPONSÁVEL</b> 16 - Secretaria Municipal de Saúde				<b>Tipo de Programa:</b> Administração Geral			
<b>Objetivo do Programa:</b>		Contribuir para garantir e ampliar o acesso da população a medicamentos eficazes, seguros, de qualidade e o seu uso racional, visando à integralidade do cuidado, resolutividade e o monitoramento dos resultados terapêuticos desejados.					
<b>PÚBLICO ALVO:</b>		População do município					
<b>BASE ESTRATÉGICA</b> 1 - Vida e Saúde				<b>Tipo de Execução:</b> Setorial			
<b>SECRETARIA (AS) EXECUTORA (AS)</b>		16 - SEMUS					
<b>AÇÃO (ÕES)</b>							
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência
152	2 - Atividade	Seguridade Social	Manutenção da Assistência Farmacêutica	Atividade mantida	Física	%	100
153	1 - Projeto	Seguridade Social	Aparelhamento e Reaparelhamento da Assistência Farmacêutica	Unidade Aparelhada e Reaparelhada	Física	unidade	5
154	1 - Projeto	Seguridade Social	Manutenção da Farmacia Popular	Atividade Mantida	Física	%	100





**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

PROGRAMA: 1635 - ATENÇÃO E ASSISTÊNCIA EM SAÚDE - CACHOEIRO							
ÓRGÃO RESPONSÁVEL 16 - Secretaria Municipal de Saúde				Tipo de Programa: Administração Geral			
Objetivo do Programa: Garantir acesso, adequar o modelo assistencial e ampliar o atendimento a população							
PÚBLICO ALVO:		População do município					
BASE ESTRATÉGICA		1 - Vida e Saúde			Tipo de Execução:		Multisetorial
SECRETARIA (AS)		16 - SEMUS		22 - SEMGES		19 - SEMO	
EXECUTORA (AS)							
AÇÃO (ÕES)							
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência
155	2 - Atividade	Seguridade Social	Manutenção da Atenção Básica	Atividade mantida	Física	%	100
156	1 - Projeto	Seguridade Social	Aparelhamento e Reaparelhamento da Atenção Básica	Unidade aparelhada e reaparelhada	Física	unidade	6
157	1 - Projeto	Seguridade Social	Construção e Ampliação Unidade Básica de Saúde	Unidade construída e ampliada	Física	unidade	5
158	1 - Projeto	Seguridade Social	Reforma de Unidade Basica de Saude	Unidade Reformada	Física	unidade	7
159	1 - Projeto	Seguridade Social	Construção e Ampliação de Academias da Saúde	Unidade Construída ou Ampliada	Física	unidade	1
161	1 - Projeto	Seguridade Social	Aparelhamento e Reaparelhamento de Academia da Saude	Unidade Aparelhada ou Reaparelhada	Física	unidade	1
162	2 - Atividade	Seguridade Social	Oferta de Serviço da Saúde	Serviço Ofertado	Física	%	100
163	2 - Atividade	Seguridade Social	Apoio a Instituição de Saúde	Instituição Beneficiada	Física	%	100



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

PROGRAMA:		1636 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE - CACHOEIRO							
ÓRGÃO RESPONSÁVEL		16 - Secretaria Municipal de Saúde				Tipo de Programa:		Administração Geral	
Objetivo do Programa:									
Garantir acesso, adequar o modelo assistencial e ampliar o atendimento a população									
PÚBLICO ALVO:		População do município							
BASE ESTRATÉGICA		1 - Vida e Saúde				Tipo de Execução:		Setorial	
SECRETARIA (AS)		16 - SEMUS							
EXECUTORA (AS)									
AÇÃO (ÕES)									
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência		
164	2 - Atividade	Seguridade Social	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - ÁLCOOL E DROGAS (CAPSad)	Atividade mantida	Física	%	100		
165	2 - Atividade	Seguridade Social	Manutenção do Centro de Referência a Saúde do Trabalhador CEREST	Atividade mantida	Física	%	100		
166	2 - Atividade	Seguridade Social	Manutenção do Centro Municipal de Reabilitação Física CEMURF	Atividade Mantida	Física	%	100		
167	2 - Atividade	Seguridade Social	Manutenção do Centro Especialidade Odontologia CEO	Atividade Mantida	Física	%	100		
168	2 - Atividade	Seguridade Social	Manutenção do Laboratorio Municipal	Atividade Mantida	Física	%	100		
169	2 - Atividade	Seguridade Social	Manutenção da Atenção Especializada em Saúde	Atividade Mantida	Física	%	100		
170	1 - Projeto	Seguridade Social	Aparelhamento e Reaparelhamento de Unidade Especializada	Unidade Aparelhada ou Reaparelhada	Física	unidade	1		
171	1 - Projeto	Seguridade Social	Construção e Ampliação de Unidade Especializada	Unidade Construída ou Ampliada	Física	unidade	1		
172	1 - Projeto	Seguridade Social	Reforma de Unidade Especializada em Saúde	Unidade Reformada	Física	unidade	2		



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

PROGRAMA: 1637 - PROMOÇÃO, PREVENÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE - CACHOEIRO							
ÓRGÃO RESPONSÁVEL 16 - Secretaria Municipal de Saúde				Tipo de Programa: Administração Geral			
Objetivo do Programa: Exercer o controle, prevenção e vigilância em saúde para o bem estar da população							
PÚBLICO ALVO:		População do Município					
BASE ESTRATÉGICA		1 - Vida e Saúde			Tipo de Execução:		Setorial
SECRETARIA (AS)		16 - SEMUS		15 - SEMMA		71 - AGERSA	
EXECUTORA (AS)		18 - SEMASI					
AÇÃO (ÕES)							
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência
173	2 - Atividade	Seguridade Social	Manutenção de Unidade de Pronto Atendimento	Manter 03(três) unidades de pronto atendimento	Física	unidade	3
174	1 - Projeto	Seguridade Social	Aparelhamento e reaparelhamento de Unidades de Pronto Atendimento	Aparelhar e Reaparelhar 02 (duas) unidades de Pronto Atendimento	Física	unidade	1
175	1 - Projeto	Seguridade Social	Construção e Ampliação de Unidade de Pronto Atendimento	Construir 01 unidade de Pronto Atendimento	Física	unidade	1
176	2 - Atividade	Seguridade Social	Manutenção das Atividades de Vigilância em Saúde	Manter atividades do programa HIV/AIDS e das vigilâncias epidemiológica, sanitária e ambiental	Física	unidade	4
177	1 - Projeto	Seguridade Social	Aparelhamento e Reaparelhamento de Unidade de Vigilância em Saúde	Aparelhar e Reaparelhada 03 unidades de Vigilância em Saúde	Física	unidade	3
178	2 - Atividade	Fiscal	Gestão da Coleta de Resíduos da Saúde	Manter 01(um) contrato de prestação de serviços para coleta de resíduos da saúde	Física	unidade	1
179	2 - Atividade	Seguridade Social	Custeio Municipal do SAMU 192 Região Sul	Atividade de custeio Municipal do SAMU 192 mantida	Física	%	100
180	1 - Projeto	Seguridade Social	Reforma de Unidade de Pronto Atendimento	Unidade Pronto Atendimento Mauro Miranda Madureira reformada	Física	unidade	1



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

<b>PROGRAMA:</b> 1738 - APOIO AO ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE E EDUCAÇÃO SUPERIOR							
<b>ÓRGÃO RESPONSÁVEL</b> 17 - Secretaria Municipal de Educação				<b>Tipo de Programa:</b> Administração Geral			
<b>Objetivo do Programa:</b> Apoiar o desenvolvimento do Ensino Médio Profissionalizante e da Educação Superior.							
<b>PÚBLICO ALVO:</b>		Alunos do Ensino Médio Profissionalizante e Educação Superior.					
<b>BASE ESTRATÉGICA</b> 4 - Educar				<b>Tipo de Execução:</b> Setorial			
<b>SECRETARIA (AS)</b>		17 - SEME					
<b>EXECUTORA (AS)</b>							
<b>AÇÃO (ÕES)</b>							
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação	Metas do Período	<b>Unidade de Medida</b>	Valor de Referência
181	2 - Atividade	Fiscal	Apoio ao Ensino Médio Profissionalizante	Instituição Apoiada	Física	unidade	1
182	2 - Atividade	Fiscal	Apoio a Educação Superior	Instituição Apoiada	Física	unidade	1



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

PROGRAMA:		1739 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE							
ÓRGÃO RESPONSÁVEL		17 - Secretaria Municipal de Educação				Tipo de Programa:		Administração Geral	
Objetivo do Programa:		Construir, equipar e manter as Unidades de Ensino para oferecer educação de qualidade.							
PÚBLICO ALVO:		Alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.							
BASE ESTRATÉGICA		4 - Educar				Tipo de Execução:		Multisetorial	
SECRETARIA (AS) EXECUTORA (AS)		17 - SEME			19 - SEMO				
AÇÃO (ÕES)									
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação		Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência	
183	1 - Projeto	Fiscal	Aparelhamento das Unidades de Educação Infantil		Unidade Aparelhada	Física	unidade	3	
186	1 - Projeto	Fiscal	Reforma das Unidades de Educação Infantil		Unidade Reformada	Física	unidade	4	
187	2 - Atividade	Fiscal	Formação Continuada de Servidores da Educação Infantil		Servidor Capacitado	Física	unidade	1.200	
188	2 - Atividade	Fiscal	Manutenção do Transporte Escolar da Educação Infantil		Aluno Transportado	Física	unidade	242	
189	2 - Atividade	Fiscal	Manutenção da Alimentação Escolar da Educação Infantil		Aluno Beneficiado	Física	unidade	8.900	
190	2 - Atividade	Fiscal	Manutenção das Unidades da Educação Infantil		Unidade Mantida	Física	unidade	61	
191	1 - Projeto	Fiscal	Aparelhamento das Unidades de Ensino Fundamental		Unidade Aparelhada.	Física	unidade	2	
192	1 - Projeto	Fiscal	Ampliação das Unidades de Ensino Fundamental		Unidade Ampliada	Física	unidade	1	
193	1 - Projeto	Fiscal	Construção de Unidades de Ensino Fundamental.		Unidade Construída	Física	unidade	1	
194	1 - Projeto	Fiscal	Reforma das Unidades de Ensino Fundamental.		Unidade Reformada.	Física	unidade	1	
195	2 - Atividade	Fiscal	Formação Continuada de Servidores do Ensino Fundamental.		Servidor Capacitado.	Física	unidade	1.800	
196	2 - Atividade	Fiscal	Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental.		Aluno Transportado.	Física	unidade	920	
198	2 - Atividade	Fiscal	Manutenção da Alimentação Escolar do Ensino Fundamental.		Aluno Beneficiado.	Física	unidade	13.100	
199	2 - Atividade	Fiscal	Manutenção das Unidades do Ensino Fundamental		Unidade Mantida	Física	unidade	45	
200	2 - Atividade	Fiscal	Distribuição de Uniformes aos Alunos da Educação Infantil		Aluno Uniformizado	Física	unidade	8.900	
201	2 - Atividade	Fiscal	Distribuição de Uniformes aos Alunos do Ensino Fundamental		Aluno Uniformizado	Física	unidade	13.100	



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

<b>PROGRAMA:</b>		<b>1740 - EDUCAÇÃO COM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</b>							
<b>ÓRGÃO RESPONSÁVEL</b>		17 - Secretaria Municipal de Educação				Tipo de Programa:		Finalístico	
<b>Objetivo do Programa:</b>		Instalar laboratórios de Informáttica nas Unidades de Ensino.							
<b>PÚBLICO ALVO:</b>		Alunos da Rede Municipal de Ensino.							
<b>BASE ESTRATÉGICA</b>		4 - Educar				Tipo de Execução:		Setorial	
<b>SECRETARIA (AS) EXECUTORA (AS)</b>		17 - SEME							
<b>AÇÃO (ÕES)</b>									
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação		Produto da Ação		Metas do Período	<b>Unidade de Medida</b>	Valor de Referência
202	1 - Projeto	Fiscal	Implantação de Laboratório de Informática na Educação Infantil		Laboratório Instalado		Física	unidade	3



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

PROGRAMA:		1741 - EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DO DIREITO À DIVERSIDADE						
ÓRGÃO RESPONSÁVEL		17 - Secretaria Municipal de Educação			Tipo de Programa:		Administração Geral	
Objetivo do Programa:		Promover a inclusão respeitando a diversidade.						
PÚBLICO ALVO:		População						
BASE ESTRATÉGICA		4 - Educar			Tipo de Execução:		Setorial	
SECRETARIA (AS) EXECUTORA (AS)		17 - SEME						
AÇÃO (ÕES)								
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência	
204	2 - Atividade	Fiscal	Manutenção das Atividades da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido.	Física	unidade	120	
205	2 - Atividade	Fiscal	Manutenção das Atividades da Educação Especial	Aluno Atendido	Física	unidade	450	
206	1 - Projeto	Fiscal	Manutenção do ProJovem Urbano	Aluno Atendido	Física	unidade	200	



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

PROGRAMA:		1842 - ADMINISTRAÇÃO GERAL						
ÓRGÃO RESPONSÁVEL		18 - Secretaria Municipal de Administração e Serviços Internos				Tipo de Programa:		Gestão, Manut.e Serv.ao Estado
Objetivo do Programa:		Prover apoio administrativo necessário ao desempenho das atribuições típicas dos Órgãos de Governo Municipal						
PÚBLICO ALVO:		Administração						
BASE ESTRATÉGICA		5 - Gestão Interna				Tipo de Execução:		Multisetorial
SECRETARIA (AS) EXECUTORA (AS)	02 - PGM			03 - CIG			04 - GAP	
	05 - SEMCOS			06 - SEMDEF			07 - SEMDURB	
	08 - SEMFA			09 - SEMDES			10 - SEMAG	
	11 - SEMDEC			12 - SEMCULT			13 - SEMESP	
	14 - SEMSUR			15 - SEMMA			18 - SEMASI	
	19 - SEMO			20 - SEMUI			21 - SEMUTHA	
	22 - SEMGES			23 - SEMTRA			71 - AGERSA	
	72 - IPACI							
AÇÃO (ÕES)								
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência	
207	2 - Atividade	Fiscal	Gestão de Controle Interno	Atividade Mantida	Física	%	100	
208	2 - Atividade	Fiscal	Gestão da Procuradoria Geral do Município	Atividade Mantida	Física	%	100	
209	2 - Atividade	Fiscal	Gestão do Fundo PGM	Atividade Mantida	Física	%	100	
210	2 - Atividade	Fiscal	Gestão do Gabinete do Prefeito	Atividade Mantida	Física	%	100	
211	2 - Atividade	Fiscal	Gestão da Defesa Civil	Atividade Mantida	Física	%	100	
212	2 - Atividade	Fiscal	Gestão da Comunicação Social	Atividade Mantida	Física	%	100	
213	2 - Atividade	Fiscal	Gestão da Defesa Social	Atividade Mantida	Física	%	100	
214	2 - Atividade	Fiscal	Gestão de Desenvolvimento Urbano	Atividade Mantida	Física	%	100	
215	2 - Atividade	Fiscal	Gestão Fazendária	Atividade Mantida	Física	%	100	
216	2 - Atividade	Fiscal	Gestão Desenvolvimento Econômico	Atividade Mantida	Física	%	100	
217	2 - Atividade	Fiscal	Gestão de Cultura	Atividade Mantida	Física	%	100	
218	2 - Atividade	Fiscal	Gestão da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	Atividade Mantida	Física	%	100	
219	2 - Atividade	Fiscal	Gestão de Serviços Urbanos	Atividade Mantida	Física	%	100	
220	2 - Atividade	Fiscal	Gestão da Secretaria de Meio Ambiente	Atividade Mantida	Física	%	100	
221	2 - Atividade	Fiscal	Gestão Administrativa	Atividade Mantida	Física	%	100	
222	2 - Atividade	Fiscal	Gestão de Pessoas e Contratos	Atividade Mantida	Física	%	100	
223	2 - Atividade	Fiscal	Gestão de Prédios Públicos	Atividade Mantida	Física	%	100	
224	2 - Atividade	Fiscal	Gestão da Comissão de Licitação	Atividade Mantida	Física	%	100	
225	2 - Atividade	Fiscal	Gestão de Obras	Atividade Mantida	Física	%	100	
226	2 - Atividade	Fiscal	Gestão de Interior	Atividade Mantida	Física	%	100	
227	2 - Atividade	Fiscal	Gestão da Habitação	Atividade Mantida	Física	%	100	
228	2 - Atividade	Fiscal	Gestão da Coordenadoria de Defesa do Consumidor	Atividade Mantida	Física	%	100	
229	2 - Atividade	Fiscal	Gestão do Escritório de Gestão de Projetos Prioritários	Atividade Mantida	Física	%	100	
230	2 - Atividade	Fiscal	Gestão Estratégica	Atividade Mantida	Física	%	100	
231	2 - Atividade	Fiscal	Gestão de Transporte	Atividade Mantida	Física	%	100	
232	2 - Atividade	Fiscal	Gestão de Agricultura e Abastecimento	Atividade Mantida	Física	%	100	
233	2 - Atividade	Fiscal	Gestão do Fundo Municipal de Meio Ambiente	Atividade Mantida	Física	%	100	
234	2 - Atividade	Fiscal	Gestão de Serviços Municipais de Atendimento da Central Faça Fácil	Atividade Mantida	Física	%	100	
235	2 - Atividade	Seguridade Social	Gestão do Fundo Municipal de Prevenção e Combate as Drogas	Atividade Mantida	Física	%	100	
236	2 - Atividade	Seguridade Social	Gestão de Desenvolvimento Social	Atividade Mantida	Física	%	100	
237	2 - Atividade	Seguridade Social	Gestão de Conselho Tutelar	Atividade Mantida	Física	%	100	
238	1 - Projeto	Seguridade Social	Construção do Almoarifado Central - SEMDES	Almoarifado Construído	Física	unidade	1	
239	2 - Atividade	Fiscal	Gestão da Agência de Regulação	Atividade Mantida	Física	%	100	
240	2 - Atividade	Seguridade Social	Gestão Previdenciária	Atividade Mantida	Física	%	100	



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

PROGRAMA: 1843 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA							
ÓRGÃO RESPONSÁVEL 18 - Secretaria Municipal de Administração e Serviços Internos				Tipo de Programa: Gestão, Manut.e Serv.ao Estado			
Objetivo do Programa: Possibilitar a Modernização da Administração Pública Municipal.							
PÚBLICO ALVO:		Administração					
BASE ESTRATÉGICA 5 - Gestão Interna				Tipo de Execução: Setorial			
SECRETARIA (AS)		18 - SEMASI					
EXECUTORA (AS)							
AÇÃO (ÕES)							
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência
241	1 - Projeto	Fiscal	Realização de Concurso Público	Concurso Realizado	Física	%	1
242	1 - Projeto	Fiscal	Construção de Arquivo Público Municipal	Arquivo Municipal Construído	Física	%	25
243	1 - Projeto	Fiscal	Adequação da Sede Administrativa	Sede Adequada	Física	%	25



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

PROGRAMA:		1844 - VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR							
ÓRGÃO RESPONSÁVEL		18 - Secretaria Municipal de Administração e Serviços Internos				Tipo de Programa:		Gestão, Manut.e Serv.ao Estado	
Objetivo do Programa:		Institucionalizar Mecanismos de Valorização do Servidor Público Municipal							
PÚBLICO ALVO:		Servidor Público Municipal							
BASE ESTRATÉGICA		5 - Gestão Interna				Tipo de Execução:		Setorial	
SECRETARIA (AS) EXECUTORA (AS)		18 - SEMASI							
AÇÃO (ÕES)									
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação		Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência	
244	2 - Atividade	Fiscal	Implementação do Programa de Saúde do Trabalhador		Servidor Beneficiado	Física	unidade	3.850	
245	1 - Projeto	Fiscal	Elaboração do Manual do Servidor		Manual Elaborado	Física	%	25	
246	1 - Projeto	Fiscal	Capacitação do servidor		Servidor Capacitado	Física	unidade	1.000	
247	1 - Projeto	Fiscal	Implantação da Sala de Treinamento		Sala de Treinamento Implantada	Física	unidade	25	
248	2 - Atividade	Fiscal	Concessão de Benefícios Sociais pelo Vale Alimentação		Benefício Concedido	Física	unidade	3.500	
249	2 - Atividade	Fiscal	Concessão de Benefícios Sociais pelo Vale Transporte		Benefício Concedido	Física	unidade	1.000	
250	2 - Atividade	Fiscal	Concessão de Benefícios Sociais pelo Vale Feira		Benefício Concedido	Física	unidade	14.400	
251	1 - Projeto	Fiscal	Atualização do Plano de Cargos e Salários.		Plano Atualizado	Física	%	1	





**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

PROGRAMA:		1945 - CACHOEIRO MELHOR							
ÓRGÃO RESPONSÁVEL		19 - Secretaria Municipal de Obras				Tipo de Programa:		Finalístico	
Objetivo do Programa:									
IMPLANTAR INFRAESTRUTURA URBANA NOS BAIRRO DO MUNICIPIO									
PÚBLICO ALVO:		População							
BASE ESTRATÉGICA		2 - Cachoeiro em Movimento				Tipo de Execução:		Setorial	
SECRETARIA (AS)		19 - SEMO							
EXECUTORA (AS)									
AÇÃO (ÕES)									
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência		
252	1 - Projeto	Fiscal	Construção e/ou Reforma de Escadarias	Escadaria Construída e/ou Reformada	Física	m²	507		
253	1 - Projeto	Fiscal	Construção de Redes de Drenagem Fluvial/Pluvial	Rede Construída	Física	metro linear	5.150		
254	1 - Projeto	Fiscal	Construção de Passarelas	Passarela Construída	Física	m²	582		
255	1 - Projeto	Fiscal	Construção de Pontes	Ponte Construída	Física	metro linear	30		
256	1 - Projeto	Fiscal	Construção de Muros de Contenção	Muro Construído	Física	m³	4.695		
257	1 - Projeto	Fiscal	Pavimentação de Vias	Via Pavimentada	Física	m²	25.644		
258	1 - Projeto	Fiscal	Construção de Capelas Mortuárias	Capela Construída	Física	m²	577		
259	1 - Projeto	Fiscal	Construção de Centro Comunitário	Centro Comunitário Construído	Física	m²	144		



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

<b>PROGRAMA:</b> 1946 - PROTRANSPORTE CACHOEIRO							
<b>ÓRGÃO RESPONSÁVEL</b> 19 - Secretaria Municipal de Obras				Tipo de Programa: Finalístico			
Objetivo do Programa: QUALIFICAR AS VIAS PARA BENEFÍCIO DA POPULAÇÃO							
<b>PÚBLICO ALVO:</b>		População					
<b>BASE ESTRATÉGICA</b> 2 - Cachoeiro em Movimento				Tipo de Execução: Setorial			
<b>SECRETARIA (AS)</b>		19 - SEMO					
<b>EXECUTORA (AS)</b>							
<b>AÇÃO (ÕES)</b>							
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência
260	1 - Projeto	Fiscal	Pavimentação de Vias - PROTRANSPORTE	Via Pavimentada	Física	m²	9.955
261	1 - Projeto	Fiscal	Contenção de Morros e Encostas - PROTRANSPORTE	Muro Construído	Física	m³	6.256
262	1 - Projeto	Fiscal	Construção de Redes de Drenagem de Águas Pluviais - PROTRANSPORTE	Rede Construída	Física	metro	1.226





**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

<b>PROGRAMA:</b> 2047 - MOBILIDADE RURAL							
<b>ÓRGÃO RESPONSÁVEL</b> 20 - Secretaria Municipal de Interior				<b>Tipo de Programa:</b> Administração Geral			
<b>Objetivo do Programa:</b> Promover mobilidade em vias rurais do município facilitando escoamento da produção, bem como transporte de passageiros e cargas.							
<b>PÚBLICO ALVO:</b>		População					
<b>BASE ESTRATÉGICA</b> 2 - Cachoeiro em Movimento				<b>Tipo de Execução:</b> Setorial			
<b>SECRETARIA (AS)</b>		20 - SEMUI					
<b>EXECUTORA (AS)</b>							
<b>AÇÃO (ÕES)</b>							
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência
263	2 - Atividade	Fiscal	Manutenção de Vias rurais	Distrito Atendido	Física	unidade	10



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

PROGRAMA:		2148 - ECONOMIA SOLIDÁRIA						
ÓRGÃO RESPONSÁVEL		21 - Secretaria Municipal de Habitação			Tipo de Programa:		Finalístico	
Objetivo do Programa:		Aumentar Numero de Empreendimentos Solidários, Cooperados e Autogestinos do Município, Capacitar Profissionalmente Famílias em Vulnerabilidade e Implementar Oficinas de Artes.						
PÚBLICO ALVO:		População						
BASE ESTRATÉGICA		1 - Vida e Saúde			Tipo de Execução:		Setorial	
SECRETARIA (AS) EXECUTORA (AS)		21 - SEMUTHA						
		AÇÃO (ÕES)						
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência	
264	2 - Atividade	Fiscal	Apoio a Entidades de Economia Solidária	Entidade Apoiada	Fisica	unidade	3	
265	2 - Atividade	Fiscal	Capacitação Profissional para Inclusão Produtiva	Família Atendida	Fisica	unidade	10	
266	2 - Atividade	Fiscal	Implementação de Oficinas de Artes	Oficina Implementada	Fisica	unidade	5	



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

PROGRAMA:		2149 - GERAÇÃO DE TRABALHO,EMPREGO E RENDA						
ÓRGÃO RESPONSÁVEL		21 - Secretaria Municipal de Habitação			Tipo de Programa:		Finalistico	
Objetivo do Programa:		Reduzir a Taxa de Desemprego, Desenvolver Trabalho Técnico Social MCMV e Implantar Observatórios do Trabalho						
PÚBLICO ALVO:		População						
BASE ESTRATÉGICA		1 - Vida e Saúde			Tipo de Execução:		Setorial	
SECRETARIA (AS) EXECUTORA (AS)		21 - SEMUTHA						
AÇÃO (ÕES)								
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência	
267	2 - Atividade	Fiscal	Manutenção do Observatorio do Trabalho	Observatório Mantido	Fisica	unidade	1	
268	2 - Atividade	Fiscal	Realização de Trabalho Técnico Social MACRO para atender o Programa, Minha Casa Minha Vida	Trabalho Realizado	Fisica	unidade	496	
269	2 - Atividade	Fiscal	Capacitação Social, Profissional e Setorial	Pessoa Qualificada	Fisica	unidade	700	



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

PROGRAMA:		2150 - MORADA LEGAL						
ÓRGÃO RESPONSÁVEL		21 - Secretaria Municipal de Habitação			Tipo de Programa:		Finalístico	
Objetivo do Programa:		Promover Gestão Estratégica de Polícita Pública de Habitação de Interesse Social e Assegurar o Direito a Moradia para Pessoas Carentes						
PÚBLICO ALVO:		População						
BASE ESTRATÉGICA		2 - Cachoeiro em Movimento			Tipo de Execução:		Multisetorial	
SECRETARIA (AS)		19 - SEMO		21 - SEMUTHA				
EXECUTORA (AS)		02 - PGM						
AÇÃO (ÕES)								
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência	
270	1 - Projeto	Fiscal	Regularização Fundiária de Interesse Social	Lote Regularizado	Física	unidade	438	
271	1 - Projeto	Fiscal	Reforma de Moradias Populares	Moradia Reformada	Física	unidade	100	
272	1 - Projeto	Fiscal	Produção de Lote Legal	Lote Produzido	Física	unidade	20	



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

PROGRAMA:		2151 - RECUPERANDO MORADIAS						
ÓRGÃO RESPONSÁVEL		21 - Secretaria Municipal de Habitação			Tipo de Programa:		Finalístico	
Objetivo do Programa:		Promover a Gestão Estratégica de Políticas Públicas de Habitação de Interesse Social em Áreas de Risco por meio de Apoio a Recuperação de Moradias Populares de acordo com as Leis Municipais 6482 e 6485 ambas de 2011.						
PÚBLICO ALVO:		População						
BASE ESTRATÉGICA		2 - Cachoeiro em Movimento			Tipo de Execução:		Multisetorial	
SECRETARIA (AS)		21 - SEMUTHA						
EXECUTORA (AS)		19 - SEMO						
AÇÃO (ÕES)								
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência	
273	1 - Projeto	Fiscal	Apoio a Recuperação de Moradias Populares	Pessoa Beneficiada	Fisica	unidade	110	
274	1 - Projeto	Fiscal	Concessão de Aluguel Social	Pessoa Beneficiada	Fisica	unidade	25	



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

PROGRAMA: 2252 - PROJETO NOSSO BAIRRO							
ÓRGÃO RESPONSÁVEL 22 - Secretaria Municipal de Gestão Estratégica				Tipo de Programa: Finalístico			
Objetivo do Programa: Promover a gestão estratégica de políticas de desenvolvimento urbano e social em áreas específicas da cidade							
PÚBLICO ALVO:		População					
BASE ESTRATÉGICA		2 - Cachoeiro em Movimento			Tipo de Execução:		Multisetorial
SECRETARIA (AS) EXECUTORA (AS)		19 - SEMO		21 - SEMUTHA		09 - SEMDES	
AÇÃO (ÕES)							
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência
275	1 - Projeto	Seguridade Social	Construção de CRAS e Centro Comunitário	Núcleo Construído	Física	unidade	1
276	1 - Projeto	Fiscal	Contenção de Morros e Encostas	Muro Construído	Física	m³	10
277	1 - Projeto	Fiscal	Construção de Unidades Habitacionais	Unidade Construída	Física	unidade	20
278	1 - Projeto	Fiscal	Implantação de Redes de Drenagem	Rede Implantada	Física	m²	50
279	1 - Projeto	Fiscal	Incentivo à Geração de Renda	Família Beneficiada	Física	unidade	151
280	1 - Projeto	Fiscal	Pavimentação de Vias	Via Pavimentada	Física	m²	100
281	1 - Projeto	Fiscal	Construção de Praça de Lazer	Praça Construída	Física	unidade	1
282	1 - Projeto	Fiscal	Melhoria das Condições de Acessibilidade (Rampas, Becos e Escadarias)	Acesso Reformado	Física	unidade	1
283	1 - Projeto	Fiscal	Regularização Fundiária	Imóvel Regularizado	Física	unidade	245



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

PROGRAMA:		2253 - ORÇAMENTO PARTICIPATIVO CACHOEIRO							
ÓRGÃO RESPONSÁVEL		22 - Secretaria Municipal de Gestão Estratégica				Tipo de Programa:		Finalístico	
Objetivo do Programa:		Promover a Gestão Estratégica de políticas públicas de participação cidadã e controle social na aplicação de recursos para investimento na cidade.							
PÚBLICO ALVO:		População							
BASE ESTRATÉGICA		3 - Governo e Comunidade				Tipo de Execução:		Multisetorial	
SECRETARIA (AS) EXECUTORA (AS)		22 - SEMGES			13 - SEMESP			16 - SEMUS	
		17 - SEME			19 - SEMO			09 - SEMDES	
		14 - SEMSUR							
AÇÃO (ÕES)									
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência		
284	2 - Atividade	Fiscal	Gestão do Orçamento Participativo	Atividade Mantida	Física	%	100		
285	1 - Projeto	Fiscal	Implantação, Reforma e/ou Recuperação de Espaços Poliesportivos e de Lazer - OP	Espaço Implantado, Reformado e/ou Recuperado	Física	unidade	6		
287	1 - Projeto	Fiscal	Construção, Reforma e/ou Ampliação de Unidades de Ensino Fundamental - OP	Unidade de Ensino Construída, Reformada e/ou Ampliada	Física	unidade	1		
288	1 - Projeto	Seguridade Social	Construção, Reforma e/ou Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - OP	Unidade Construída, Reformada e/ou Ampliada	Física	unidade	2		
290	1 - Projeto	Fiscal	Construção, Reforma e/ou Ampliação de Redes de Drenagem Fluvial e/ou Pluvial - OP	Rede Construída, Reformada e/ou Ampliada	Física	metro linear	7.397		
291	1 - Projeto	Fiscal	Pavimentação de Vias - OP	Via Pavimentada	Física	m²	36.180		
292	1 - Projeto	Fiscal	Construção de Muros de Contenção - OP	Muro Construído	Física	m³	706		
294	1 - Projeto	Seguridade Social	Construção, Reforma e/ou Ampliação de Centros Comunitários - OP	Centro Comunitário Construído, Reformado e/ou Ampliado	Física	unidade	1		



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

PROGRAMA:		2254 - PRO GESTÃO EM PROJETOS							
ÓRGÃO RESPONSÁVEL		22 - Secretaria Municipal de Gestão Estratégica				Tipo de Programa:		Gestão, Manut.e Serv.ao Estado	
Objetivo do Programa:		Promover a Gestão Estratégica de Projetos Multisetoriais Integrados e Prioritários para o Município de Cachoeiro de Itapemirm.							
PÚBLICO ALVO:		Administração							
BASE ESTRATÉGICA		5 - Gestão Interna				Tipo de Execução:		Setorial	
SECRETARIA (AS) EXECUTORA (AS)		22 - SEMGES							
AÇÃO (ÕES)									
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência		
299	1 - Projeto	Fiscal	Fortalecimento das Ações em Gestão de Projetos	Projeto Implantando	Fisica	%	1		
300	1 - Projeto	Fiscal	Realização de Eventos Pró-Gestão Pública	Eventos Realizados	Fisica	unidade	25		



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

PROGRAMA:		2355 - LOGÍSTICA DE TRANSPORTE							
ÓRGÃO RESPONSÁVEL		23 - Secretaria Municipal de Gestão de Transportes				Tipo de Programa:		Finalístico	
Objetivo do Programa:		operacionalizar a logística de transporte de carga e passageiros da Administração Municipal							
PÚBLICO ALVO:		Administração							
BASE ESTRATÉGICA		2 - Cachoeiro em Movimento				Tipo de Execução:		Setorial	
SECRETARIA (AS) EXECUTORA (AS)		23 - SEMTRA							
AÇÃO (ÕES)									
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação		Produto da Ação		Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência
301	2 - Atividade	Fiscal	Gestão Integrada de Frota		Veículo Mantido		Física	unidade	252



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

PROGRAMA:		7256 - BENEFICIO PREVIDENCIÁRIO - IPACI						
ÓRGÃO RESPONSÁVEL		72 - IPACI			Tipo de Programa:		Gestão, Manut.e Serv.ao Estado	
Objetivo do Programa:		CONCEDER BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A INATIVOS E PENSIONISTAS VINCULADOS AO IPACI						
PÚBLICO ALVO:		Inativos, Pensionistas e Segurados do IPACI						
BASE ESTRATÉGICA		1 - Vida e Saúde			Tipo de Execução:		Setorial	
SECRETARIA (AS) EXECUTORA (AS)		72 - IPACI						
AÇÃO (ÕES)								
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência	
302	2 - Atividade	Seguridade Social	Concessão de Benefícios a Inativos e Pensionistas	Beneficio Concedido	Fisica	%	100	
303	2 - Atividade	Seguridade Social	Concessão de Outros Benefícios Previdenciários	Beneficio Concedido	Fisica	%	100	



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

PROGRAMA:		7257 - SEDE PRÓPRIA - IPACI						
ÓRGÃO RESPONSÁVEL		72 - IPACI			Tipo de Programa:		Gestão, Manut.e Serv.ao Estado	
Objetivo do Programa:		IMPLANTAR E APARELHAR A SEDE PRÓPRIA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA.						
PÚBLICO ALVO:		Administração						
BASE ESTRATÉGICA		5 - Gestão Interna			Tipo de Execução:		Setorial	
SECRETARIA (AS) EXECUTORA (AS)		72 - IPACI						
AÇÃO (ÕES)								
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência	
304	1 - Projeto	Seguridade Social	Implantação da Sede Própria	Sede Implantada	Física	%	25	
305	1 - Projeto	Seguridade Social	Aparelhamento da Sede - IPACI	Sede Aparelhada	Física	%	25	



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

PROGRAMA: 7358 - PROJETO ÁGUA							
RESPONSÁVEL Foz de Cachoeiro S/A				Tipo de Programa: Finalístico			
Objetivo do Programa:		Ampliar o sistema de abastecimento de água no Município de Cachoeiro de Itapemirim, para atendimento a loteamentos existentes e novos de interesse social, atendimento de núcleos rurais, crescimento populacional e área de expansão urbana					
PÚBLICO ALVO:		População urbana					
BASE ESTRATÉGICA 2 - Cachoeiro em Movimento				Tipo de Execução: Setorial			
AGÊNCIA FISCALIZADORA		71 - AGERSA					
AÇÃO (ÕES)							
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência
306	1 - Projeto	Não Orçamentário	Construção de Rede de Distribuição de Água	Rede Construída	Física	metro	8.960



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO I - METAS E PRIORIDADES**  
**Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000**  
**Lei de Responsabilidade Fiscal**

PROGRAMA:		7359 - PROJETO ESGOTO						
RESPONSÁVEL		Foz de Cachoeiro S/A			Tipo de Programa:		Finalístico	
Objetivo do Programa:		Ampliar o sistema de esgotamento sanitário no Município de Cachoeiro de Itapemirim, para atendimento a loteamentos existentes e novos de interesse social, atendimento de núcleos rurais, crescimento populacional e área de expansão urbana						
PÚBLICO ALVO:		População urbana						
BASE ESTRATÉGICA		2 - Cachoeiro em Movimento			Tipo de Execução:		Setorial	
AGÊNCIA FISCALIZADORA		71 - AGERSA						
AÇÃO (ÕES)								
Código	Tipo	Esfera Orçamento	Nome da Ação	Produto da Ação	Metas do Período	Unidade de Medida	Valor de Referência	
307	1 - Projeto	Não Orçamentária	Construção de Redes Coletoras de Esgoto	Rede Construída	Física	metro	7.840	



**Anexo Riscos Fiscais**

Tabela 1 - DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
**DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**  
 2014

ARF (LRF, art 4º, § 3º)		R\$ 1,00	
RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor – R\$	Descrição	Valor
Epidemias, enchentes e outras situações de calamidade	600.000	Abertura de créditos adicionais a partir do cancelamento de dotação de despesas discricionárias	900.000
Condenações Judiciais	800.000		
Despesa com pagamentos de juros orçada a menor	100.000	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	600.000
<b>TOTAL</b>	<b>1.500.000</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.500.000</b>

FONTE: SEMFA



## AMF - Dem I

Tabela 2 - DEMONSTRATIVO I – METAS ANUAIS

MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**METAS ANUAIS**  
2014

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2014			2015			2016		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	369.316.571	352.697.326		377.994.415	360.984.666		407.337.542	389.007.353	
Receitas Primárias (I)	351.216.220	335.411.490		365.293.525	348.855.316		396.145.935	378.319.368	
Despesa Total	358.237.074	342.116.406		366.654.583	350.155.126		395.117.416	377.337.132	
Despesas Primárias (II)	348.976.074	333.272.151		357.434.094	341.349.560		385.457.339	368.111.758	
Resultado Primário (III) = (I – II)	2.240.145	2.139.339		7.859.431	7.505.757		10.688.596	10.207.610	
Resultado Nominal	-7.985.458	-6.968.773		-25.277.485	-23.589.442		-29.290.637	-27.527.091	
Dívida Pública Consolidada	30.246.298	26.595.570		22.973.423	20.200.530		17.088.778	15.026.162	
Dívida Consolidada Líquida	-30.269.068	-31.196.604		-55.546.553	-54.786.046		-84.837.190	-82.313.137	

FONTE: SEMFA



## AMF - Dem II

Tabela 3 - DEMONSTRATIVO II – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**  
2014

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2012 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2012 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	309.614.600		296.892.666		-12.721.934	-4,11
Receitas Primárias (I)	303.224.600		293.239.489		-9.985.111	-3,29
Despesa Total	300.326.162		313.858.310		13.532.148	4,51
Despesas Primárias (II)	292.369.067		305.787.924		13.418.857	4,59
Resultado Primário (III) = (I–II)	10.855.533		-12.548.435		-23.403.968	-215,59
Resultado Nominal	-16.952.587		-30.500.541		-13.547.954	79,92
Dívida Pública Consolidada	53.681.393		43.738.492		-9.942.901	-18,52
Dívida Consolidada Líquida	6.478.787		-22.204.369		-28.683.156	-442,72

FONTE: SEMFA





## AMF - Dem III

Tabela 4 - DEMONSTRATIVO III – METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**  
2014

AMF – Demonstrativo III (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES								
	2012	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
Receita Total	296.892.666	302.720.000	1,96	369.316.571	22,00	377.994.415	2,35	407.337.542	7,76
Receitas Primárias (I)	293.239.489	294.651.336	0,48	351.216.220	19,20	365.293.525	4,01	396.145.935	8,45
Despesa Total	313.858.310	293.638.400	-6,44	358.237.074	22,00	366.654.583	2,35	395.117.416	7,76
Despesas Primárias (II)	305.787.924	285.858.496	-6,52	348.976.074	22,08	357.434.094	2,42	385.457.339	7,84
Resultado Primário (III) = (I - II)	-12.548.435	8.792.840	-170,07	2.240.145	-74,52	7.859.431	250,84	10.688.596	36,00
Resultado Nominal	-30.500.541	-79.241	-99,74	-7.985.458	9.977,45	-25.277.485	216,54	-29.290.637	15,88
Dívida Pública Consolidada	43.738.492	38.929.778	-10,99	30.246.298	-22,31	22.973.423	-24,05	17.088.778	-25,62
Dívida Consolidada Líquida	-22.204.369	-22.283.610	0,36	-30.269.068	35,84	-55.546.553	83,51	-84.837.190	52,73

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES								
	2012	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
Receita Total	283.532.496	289.097.600	1,96	352.697.326	22,00	360.984.666	2,35	389.007.353	7,76
Receitas Primárias (I)	280.043.712	281.392.026	0,48	335.411.490	19,20	348.855.316	4,01	378.319.368	8,45
Despesa Total	299.734.686	280.424.672	-6,44	342.116.406	22,00	350.155.126	2,35	377.337.132	7,76
Despesas Primárias (II)	292.027.467	272.994.864	-6,52	333.272.151	22,08	341.349.560	2,42	368.111.758	7,84
Resultado Primário (III) = (I - II)	-11.983.755	8.397.163	-170,07	2.139.339	-74,52	7.505.757	250,84	10.207.610	36,00
Resultado Nominal	-2.784.857	288.345	-110,35	-6.968.773	-2.516,82	-23.589.442	238,50	-27.527.091	16,69
Dívida Pública Consolidada	38.459.256	34.230.954	-10,99	26.595.570	-22,31	20.200.530	-24,05	15.026.162	-25,62
Dívida Consolidada Líquida	-24.516.176	-24.227.832	-1,18	-31.196.604	28,76	-54.786.046	75,62	-82.313.137	50,24

FONTE: SEMFA



## AMF - Dem IV

Tabela 5 - DEMONSTRATIVO IV – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
2014

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	%	2011	%	2010	%
Patrimônio/Capital	23.303.880	8,92	11.190.324	4,96	5.222.407	2,50
Reservas	0		0		0	
Resultado Acumulado	237.947.108	91,08	214.643.227	95,04	203.452.903	97,50
<b>TOTAL</b>	<b>261.250.988</b>	<b>100,00</b>	<b>225.833.551</b>	<b>100,00</b>	<b>208.675.310</b>	<b>100,00</b>

FONTE: SEMFA



## AMF - Dem V

Tabela 6 - DEMONSTRATIVO V – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**  
2014

AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

<u>RECEITAS REALIZADAS</u>	2012 (a)	2011 (b)	2010 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	32.325,22	57.744,69	536.163,35
Alienação de Bens Móveis		0,00	429.600,00
Rendimentos da Alienação de Bens Imóveis	32.325,22	57.744,69	106.563,35
<u>DESPESAS EXECUTADAS</u>	2012 (d)	2011 (e)	2010 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	234.500,00	1.227.500,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	234.500,00	1.227.500,00
Investimentos	0,00	234.500,00	1.227.500,00
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0	0	0
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Saldo do Exercício de 2009			1.338.059,38
<u>SALDO FINANCEIRO</u>	2012 (g) = ((Ia – II d) + IIIh)	2011 (h) = ((Ib – II e) + IIIi)	2010 (i) = (Ic – II f)
VALOR (III)	502.292,64	469.967,42	646.722,73
FONTE: SEMFA			

Nota :



## AMF - Dem VIII

Tabela 9 - DEMONSTRATIVO VIII – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
2014

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2014
Aumento Permanente da Receita	0
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	0
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0
Redução Permanente de Despesa (II)	0
Margem Bruta (III) = (I+II)	0
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	0

FONTE: SEMFA



Tabela 9 - DEMONSTRATIVO VII – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - ES  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA  
ANO DE 2013

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	LEI	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
				2012	2013	2014	
IPTU	Isenção	regularização loteamentos	4960/2000 5516/2003	20.000,00	21.000,00	22.000,00	
IPTU	Desconto para pagamento a vista do exercício corrente em cota única	todos os contribuintes	5394/2002	1.400.000,00	1.480.000,00	1.600.000,00	
IPTU	Isenção	imóveis padrão "D/E" com limite valor	5394/2002	250.000,00	260.000,00	270.000,00	
IPTU	Redução 30% base cálculo para exercício seguinte	contribuintes que estejam com o IPTU do exercício pago e que não possuam débito da unidade imobiliária inscrito em dívida ativa.	5394/2002	2.800.000,00	2.900.000,00	2.950.000,00	
IPTU	Isenção e remissão	entidades culturais e recreativas	5436/2003	30.000,00	33.000,00	35.000,00	
IPTU	isenção e remissão tributos	instituições educacionais sem fins lucrativos e/ou de natureza filantrópica.	5525/2003	30.000,00	33.000,00	45.000,00	
IPTU / SERV. PUBLICOS	isenção tributos	empresa Nemer Mármore e Granitos Ltda devido a aquisição de pedra no bairro São Geraldo	5594/2004	10.000,00	6.000,00	0,00	
IPTU /ISS /ITBI	Isenção e redução base de calculo	reativação, ampliação e instalação de empresas	4970/2000	200.000,00	140.000,00	220.000,00	
IPTU /ISS /ITBI	Isenção	construção casas populares com recurso FGTS	5005/2000	20.000,00	12.000,00	10.000,00	
IPTU /ISS /ITBI/TAXAS	Isenção 20 anos	Itabira Agro-Industrial	4983/2000	150.000,00	130.000,00	140.000,00	
IPTU /ITBI	Isenção e redução base de calculo	loteamentos no Distrito Industrial de São Joaquim	5170/2001	800.000,00	730.000,00	880.000,00	
IPTU/ MULTAS/JUROS	Remissão	Remissão de débitos de IPTU inscritos em Dívida Ativa até 31/12/2007 para pessoas carentes com renda familiar de até 03 salários mínimos.	6121/2008 6136/2008	100.000,00	45.000,00	30.000,00	
ISS	redução base cálculo	Cooperativas de Trabalho	5410/2003	1.800.000,00	1.950.000,00	3.260.000,00	
ISS	isenção	Isenção ISS Dataci	2888/1988	-	2.843.027,00	200.000,00	Obs: O valor lançado em 2013 refere-se a base de cálculo e não ao valor do ISS.
ISS/IPTU/ITBI/TAXAS	isenção	isenção tributos Fundação "Vale do Itapemirim" - Faculdades de Direito e Ciências Contábeis e Administrativas	4955/2000	-	8.000,00	250.000,00	
MULTAS/JUROS	redução	desconto de 30% nas multas e juros p/ pagto a vista de débitos inscr. Div. Ativa	5408/2003	300.000,00	270.000,00	0,00	Obs: Lei 5408/2003 revogada em 26/12/2012
MULTAS/JUROS CORR. MONET.	Anistia e redução de multas/juros e atualização monetária	REFIM I - desconto pagamento à vista e/ou parcelado de débitos inscritos em Dívida Ativa.	5784/2005	3.151,17	0,00	0,00	
MULTAS/JUROS CORR. MONET.	Anistia e redução de multas/juros e atualização monetária	REFIM II - desconto pagamento à vista e/ou parcelado de débitos inscritos em Dívida Ativa.	6107/2008	56.432,96	32.242,09	11.431,02	
MULTAS/JUROS CORR. MONET.	Anistia e redução de multas/juros.	REFIM III - desconto pagamento à vista e/ou parcelado de débitos inscritos em Dívida Ativa.	6422/2010	333.772,75	180.791,77	103.922,85	
MULTAS/JUROS CORR. MONET.	Anistia e redução de multas/juros e atualização monetária	REFIM IV - Programa de recuperação fiscal com descontos de juros/multas pagamento à vista e/ou parcelado de débitos inscritos em Dívida Ativa.	6753/2013	-	-	1.900.000,00	Lei 6753/2013 - REFIM IV. Programa de recuperação fiscal para regularização de dívidas, de acordo com ato recomendatório do Tribunal de Contas
TAXA FISCALIZAÇÃO LOCALIZAÇÃO/ANUNCIO e SERV. PUBLICOS	Isenção	Microempresas, Empreendedores Individuais, órgãos públicos, autarquias, organizações religiosas e entidades sem fins lucrativos.	Lei 6323/2009 Lei 6376/2010 Lei 6525/2011 (alteração CTM)	50.000,00	80.000,00	80.000,00	Lei 6323/2009 Aumento na alíquota do ISSQN para os subitens 3.02, 3.04, 3.05, 17.12 e 21.01 da lista de serviços.
TAXA FISCALIZAÇÃO LOCALIZAÇÃO/ANUNCIO e ISS FIXO DE AUTÔNOMOS	Desconto para pagamento a vista do exercício corrente em cota única	todos os contribuintes inscritos no Cadastro Mobiliário Tributário	Lei 5394/2002	-	-	370.000,00	
TAXA FISC. OBRAS	Isenção e redução base de cálculo	Programa de Regularização de obras - PRÓ	6236/2009	-	24.000,00	35.000,00	
IPTU / ITBI/ISS TAXA FISC. OBRAS	Isenção	Programa Minha Casa Minha Vida	Lei 6332/2009	-	190.000,00	280.000,00	
TOTAL				8.353.356,88	11.368.060,86	12.692.353,87	

FONTE: Subsecretaria Tributária - Secretaria Municipal da Fazenda



Tabela 7 - DEMONSTRATIVO VI – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - ES LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - IPACI 2014			
AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")		R\$ 1,00	
RECEITAS	2010	2011	2012
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.905.485,91	17.757.786,96	28.799.616,90
RECEITAS CORRENTES	13.905.485,91	17.757.786,96	28.799.616,90
Receita de Contribuições dos Segurados	6.089.950,31	7.342.190,36	8.268.673,86
Pessoal Civil	6.089.950,31	7.342.190,36	8.268.673,86
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	72.625,69	78.746,92	192.732,79
Receita Patrimonial	7.694.393,95	9.608.454,13	19.964.072,84
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	48.515,96	728.395,55	374.137,41
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	24.990,91	711.075,08	360.007,30
Demais Receitas Correntes	23.525,05	17.320,47	14.130,11
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	8.895.569,37	9.335.661,74	10.087.113,60
RECEITAS CORRENTES	8.895.569,37	9.335.661,74	10.087.113,60
Receita de Contribuições	8.888.842,16	9.279.086,86	9.905.255,34
Patronal	8.797.871,72	8.677.706,86	9.195.566,22
Pessoal Civil	8.797.871,72	8.677.706,86	9.195.566,22
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Regime de Débitos e Parcelamentos	90.970,44	601.380,00	709.689,12
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes (Aportes/Multas e Juros)	6.727,21	56.574,88	181.858,26
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)</b>	<b>22.801.055,28</b>	<b>27.093.448,70</b>	<b>38.886.730,50</b>
DESPESAS	2010	2011	2012
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	9.943.212,66	11.187.080,47	12.961.808,67
ADMINISTRAÇÃO	980.446,54	981.183,54	1.231.424,96
Despesas Correntes	969.721,54	948.419,99	1.139.702,32
Despesas de Capital	10.725,00	32.763,55	91.722,64
PREVIDÊNCIA	8.962.766,12	10.205.896,93	11.730.383,71
Pessoal Civil	8.962.766,12	10.205.896,93	11.730.383,71
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	38.294,99	167.799,44	287.999,48
ADMINISTRAÇÃO	38.294,99	167.799,44	287.999,48
Despesas Correntes	38.294,99	167.799,44	287.999,48
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)</b>	<b>9.981.507,65</b>	<b>11.354.879,91</b>	<b>13.249.808,15</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>12.819.547,63</b>	<b>15.738.568,79</b>	<b>25.636.922,35</b>
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2010	2011	2012
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	3.087.564,00	5.030.500,00	6.692.900,00
BENS E DIREITOS DO RPPS	62.252.141,66	78.794.462,05	107.901.542,41

Fonte: Balancetes e Relatórios Contábeis do IPACI.



Tabela 8

**PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - ES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

**PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES****DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - IPACI****2014**

AMF – Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)= (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) + (c)
2 0 1 3	30.304.690,37	16.540.602,29	13.764.088,08	120.870.161,45
2 0 1 4	31.441.345,62	16.557.146,09	14.884.199,53	135.754.360,98
2 0 1 5	33.291.771,92	17.196.165,53	16.095.606,39	151.849.967,37
2 0 1 6	34.794.301,90	17.442.406,02	17.351.895,88	169.201.863,25
2 0 1 7	36.483.620,36	17.767.710,19	18.715.910,17	187.917.773,42
2 0 1 8	47.197.266,56	27.907.089,05	19.290.177,51	207.207.950,93
2 0 1 9	50.602.406,78	29.992.158,30	20.610.248,48	227.818.199,41
2 0 2 0	54.207.126,32	32.272.794,81	21.934.331,51	249.752.530,92
2 0 2 1	58.462.450,20	35.167.103,92	23.295.346,28	273.047.877,20
2 0 2 2	62.987.711,36	38.589.605,48	24.398.105,88	297.445.983,08
2 0 2 3	68.881.188,13	43.323.122,33	25.558.065,80	323.004.048,88
2 0 2 4	71.818.491,92	44.783.133,76	27.035.358,16	350.039.407,04
2 0 2 5	75.570.595,43	46.900.017,77	28.670.577,66	378.709.984,70
2 0 2 6	76.399.090,26	48.479.741,12	27.919.349,14	406.629.333,84
2 0 2 7	77.078.987,50	49.981.983,85	27.097.003,65	433.726.337,49
2 0 2 8	77.586.584,42	52.543.712,96	25.042.871,46	458.769.208,95
2 0 2 9	77.985.534,08	53.844.833,91	24.140.700,17	482.909.909,12
2 0 3 0	78.354.663,08	54.559.172,76	23.795.490,32	506.705.399,44
2 0 3 1	76.711.971,40	56.080.750,49	20.631.220,91	527.336.620,35
2 0 3 2	76.596.789,94	56.978.725,58	19.618.064,36	546.954.684,71
2 0 3 3	76.164.338,84	59.198.232,28	16.966.106,56	563.920.791,27
2 0 3 4	75.671.582,56	60.276.527,39	15.395.055,17	579.315.846,44
2 0 3 5	75.058.462,94	61.051.990,87	14.006.472,07	593.322.318,51
2 0 3 6	74.412.606,95	60.954.940,36	13.457.666,59	606.779.985,10
2 0 3 7	73.690.885,67	60.608.008,98	13.082.876,69	619.862.861,79
2 0 3 8	72.778.132,56	61.139.324,49	11.638.808,07	631.501.669,86
2 0 3 9	71.906.861,01	60.335.288,17	11.571.572,84	643.073.242,70
2 0 4 0	70.926.898,82	60.131.735,65	10.795.163,17	653.868.405,87
2 0 4 1	69.921.050,90	59.444.634,80	10.476.416,10	664.344.821,97
2 0 4 2	68.924.033,61	58.096.889,13	10.827.144,48	675.171.966,45
2 0 4 3	67.893.889,16	57.004.841,45	10.889.047,71	686.061.014,16
2 0 4 4	66.979.193,10	54.950.015,28	12.029.177,82	698.090.191,98





EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) + (c)
2045	66.125.423,15	53.034.398,47	13.091.024,68	711.181.216,66
2046	48.482.707,17	50.886.182,36	-2.403.475,19	708.777.741,47
2047	48.027.746,65	48.629.660,37	-601.913,72	708.175.827,75
2048	47.699.950,29	46.244.951,12	1.454.999,17	709.630.826,92
2049	47.498.898,30	43.844.364,69	3.654.533,61	713.285.360,53
2050	47.436.611,16	41.426.154,45	6.010.456,71	719.295.817,24
2051	47.517.216,08	39.036.502,46	8.480.713,62	727.776.530,86
2052	47.749.246,17	36.679.653,05	11.069.593,12	738.846.123,98
2053	48.143.926,78	34.341.532,97	13.802.393,81	752.648.517,79
2054	48.708.454,76	32.046.945,91	16.661.508,85	769.310.026,64
2055	49.451.332,48	29.804.586,07	19.646.746,41	788.956.773,05
2056	50.380.784,78	27.620.701,11	22.760.083,67	811.716.856,72
2057	51.505.288,92	25.502.308,15	26.002.980,77	837.719.837,49
2058	52.833.333,59	23.456.435,84	29.376.897,75	867.096.735,24
2059	54.373.534,08	21.489.713,64	32.883.820,44	899.980.555,68
2060	56.134.508,97	19.608.116,08	36.526.392,89	936.506.948,57
2061	58.124.941,26	17.816.726,49	40.308.214,77	976.815.163,34
2062	60.353.548,69	16.119.120,84	44.234.427,85	1.021.049.591,19
2063	62.829.429,25	14.519.230,57	48.310.198,68	1.069.359.789,87
2064	65.561.722,16	13.019.032,45	52.542.689,71	1.121.902.479,58
2065	68.559.853,71	11.619.335,42	56.940.518,29	1.178.842.997,87
2066	71.833.633,18	10.319.878,58	61.513.754,60	1.240.356.752,47
2067	75.393.343,00	9.119.269,89	66.274.073,11	1.306.630.825,58
2068	79.249.907,81	8.015.761,66	71.234.146,15	1.377.864.971,73
2069	83.414.920,00	7.006.836,81	76.408.083,19	1.454.273.054,92
2070	87.900.726,35	6.089.078,50	81.811.647,85	1.536.084.702,77
2071	92.720.543,50	5.258.412,44	87.462.131,06	1.623.546.833,83
2072	97.888.562,20	4.510.286,64	93.378.275,56	1.716.925.109,39
2073	103.420.076,83	3.839.901,38	99.580.175,45	1.816.505.284,84
2074	109.331.598,07	3.242.383,48	106.089.214,59	1.922.594.499,43
2075	115.640.690,46	2.712.988,98	112.924.971,48	2.035.519.470,91
2076	122.367.422,58	2.247.272,98	120.120.149,60	2.155.639.620,51
2077	129.531.723,36	1.841.066,86	127.690.656,50	2.283.330.277,01
2078	137.156.111,99	1.490.247,53	135.665.864,46	2.418.999.141,51
2079	145.264.413,78	1.190.564,11	144.073.849,67	2.563.072.991,18
2080	153.882.129,95	937.601,09	152.944.528,86	2.716.017.520,04
2081	163.036.552,02	726.842,36	162.309.709,66	2.878.327.229,70
2082	172.756.888,59	553.822,70	172.203.065,89	3.050.530.295,59
2083	183.074.381,32	414.212,87	182.660.168,45	3.233.190.464,04
2084	194.022.407,01	303.749,03	193.718.657,98	3.426.909.122,02
2085	205.636.596,32	218.169,23	205.418.427,09	3.632.327.549,11
2086	217.954.982,95	153.313,54	217.801.669,41	3.850.129.218,52
2087	231.018.156,21	105.269,70	230.912.886,51	4.081.042.105,03

Nota: Reavaliação Atuarial de 2013

Fonte: NAP - Núcleo Atuarial de Previdência (COPETEEC).